

As ações afirmativas e a produção intelectual dos acadêmicos indígenas na Amazônia: trajetória arqueológica do saber produzido

Affirmatives actions and the intellectual output of indigenous academics in the Amazon: an archaeological trajectory of knowledge production

Las acciones afirmativas y la producción intelectual de los académicos indígenas en la Amazonía: una trayectoria arqueológica de la producción de conocimiento

Célia Regina Simonetti Barbalho

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

Kelly Rahana Macedo Santana

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

Raquel Santos Maciel

Universidade Federal do Amazonas, Biblioteca Central, Manaus, AM, Brasil

Simone Santos de Freitas

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, Manaus, AM, Brasil

Suely Oliveira Moraes Marquez

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

Vitor Conrado Melo Rabelo

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Compreender o impacto temporal das ações afirmativas na produção científica (2000-2023) de 169 acadêmicos indígenas da pós-graduação da Região Norte, e identificar as temáticas implícitas nessa produção. **Método.** Foi adotada a abordagem quali-quantitativa. Envolveu a extração dos currículos Lattes de uma lista nominal de acadêmicos utilizando o ScriptLattes. A análise bibliométrica e a coocorrência de palavras-chave foram realizadas com o software VOSviewer. **Resultados.** As ações afirmativas se intensificaram a partir de 2000, impactando em um crescimento exponencial da produção após 2016, sendo o tipo mais comum trabalhos em anais de congresso. Os temas centrais (educação escolar indígena, territorialidade e questões linguísticas) revelam o foco em reflexões sobre diferenças epistemológicas em relação ao conhecimento ocidentalizado. **Conclusões.** Infere-se que as ações afirmativas impactaram a produção intelectual em análise. Essa produção, baseada na cosmovisão indígena, promove o diálogo de saberes na academia e contribui para o desenvolvimento de uma ciência mais plural.

Palavras-chave: ações afirmativas, produção intelectual, acadêmicos indígenas, Amazônia

Abstract

Objective. To understand the temporal impact of affirmative action policies on the scientific output (2000-2023) of 169 Indigenous graduate-level scholars in Brazil's Northern region, and to identify the themes embedded in this body of work.

Method. A qualitative–quantitative approach was adopted. The process involved extracting Lattes CVs from a nominal list of scholars using ScriptLattes. Bibliometric analysis and keyword co-occurrence mapping were performed with VOSviewer.

Results. Affirmative action policies intensified after 2000, leading to exponential growth in scholarly output after 2016, with conference proceedings papers being the most common publication type. The central themes (Indigenous school education, territoriality, and linguistic issues) reveal a focus on epistemological differences in relation to Westernized knowledge.

Conclusion. The findings suggest that affirmative action policies have influenced the intellectual output analyzed. Grounded in Indigenous worldviews, this body of work fosters intercultural knowledge exchange within academia and contributes to the development of a more pluralistic science.

Keywords: affirmative action, intellectual production, indigenous academics, Amazon

Resumen

Objetivo. Comprender el impacto temporal de las acciones afirmativas en la producción científica (2000-2023) de 169 académicos indígenas de posgrado de la Región Norte, e identificar las temáticas implícitas en dicha producción. **Método.** Se adoptó un enfoque cuali-cuantitativo. El proceso incluyó la extracción de los currículos Lattes de una lista nominal de académicos mediante ScriptLattes. El análisis bibliométrico y la coocurrencia de palabras clave se realizaron con el software VOSviewer. **Resultados.** Las acciones afirmativas se intensificaron a partir de 2000, lo que resultó en un crecimiento exponencial de la producción después de 2016, siendo los trabajos publicados en actas de congresos el tipo más común. Los temas centrales (educación escolar indígena, territorialidad y cuestiones lingüísticas) revelan un enfoque en reflexiones sobre diferencias epistemológicas en relación con el conocimiento occidentalizado. **Conclusiones.** Se infiere que las acciones afirmativas impactaron la producción intelectual analizada. Esta producción, basada en la cosmovisión indígena, promueve el diálogo de saberes en la academia y contribuye al desarrollo de una ciencia más plural.

Palabras clave: acciones afirmativas, producción intelectual, académicos indígenas, Amazonía

1 Introdução

As ações afirmativas se configuram como políticas sociais que visam combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, de modo a promover a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, à saúde, ao emprego, a bens materiais, entre outros. Essas políticas oferecem oportunidades a grupos socialmente desfavorecidos, envolvendo uma compensação pela discriminação passada, bem como a correção da discriminação atual.

A concepção de uma política de estado voltada para atenuar as desigualdades existentes em relação ao acesso à educação e ao mercado de trabalho configurou-se como uma ação pioneira na Índia, que, a partir da década de 1930, constituiu um sistema de cotas para pessoas que pertenciam à casta mais baixa da sociedade hindu e que foram expulsas do sistema de castas por violarem as regras sociais. Isso gerou impactos efetivos na qualidade de vida da sociedade, incluindo resultados nutricionais na primeira infância em função do acesso ao nível superior (Pragati; Thakur, 2024). Essa conduta foi replicada em diversos países, incluindo o Brasil, que teve as primeiras manifestações proferidas a partir de discursos e projetos de lei que remontam à década de 1980 (Pimenta, 2022).

As ações afirmativas podem ser realizadas por meio do incremento à empregabilidade de grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa ou pelo incentivo ao acesso à educação por intermédio de cotas, pela concessão de bolsas de estudo, de empréstimos e preferência em contratos públicos, pela determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e em outros âmbitos, pela distribuição de terras e habitação, mediante medidas de proteção diferenciada a estilos de vida ameaçados, assim como por meio de políticas de valorização identitária.

Com efeito, as ações ou políticas afirmativas são destinadas a oportunizar o acesso à educação, ao emprego, à habitação e aos meios de subsistência, sem deixar de refletir sobre a dimensão simbólica e cultural por meio da proteção a estilos de vida de povos tradicionais, como indígenas, catingueiros, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, ciganos, povos de terreiros, ilhéus, pantaneiros, piaçabeiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros e tantos outros que compõem os 27 povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme dispõe o Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2007).

No Brasil, especialmente no campo educacional, o país constituiu a lei de cotas para assegurar o acesso às universidades de grupos historicamente desprivilegiados que apresentavam os piores índices de escolaridade, renda, expectativa de vida e mobilidade social. Com um olhar especialmente sobre a pós-graduação, Trevisol, Valduga e Trevisol (2024) apontam que os principais marcos regulatórios e políticas ações afirmativas no Brasil se voltam para as dimensões substantivas do mérito tanto no sentido retrospectivo, visando a uma reparação histórica, quanto prospectivo, na perspectiva de uma transformação das relações sociais do presente e do futuro.

Nesse contexto, a partir de 2002, fruto da influência das ações similares que ocorriam em âmbito global, os programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras começaram a adotar ações afirmativas para seus processos de admissão, que se configuram como políticas e iniciativas que buscam favorecer grupos de indivíduos discriminados socialmente em função de raça/cor, gênero, sexo, casta, local de moradia, região de origem, religião, deficiência, condição socioeconômica e outras condições de vida (Obaap, 2023).

Na região Norte, que abriga mais da metade da população indígena, segundo o IBGE (2023), essas ações foram constituídas antes mesmo de se tornarem uma obrigatoriedade estabelecida pelo Estado brasileiro, que passou a legislar especificamente sobre a questão a partir de 2012, demonstrando a preocupação, sobretudo das instituições públicas de ensino superior, em dirigir seu olhar para a diversa e vultosa população indígena que se fazia presente timidamente na universidade pública em busca de assegurar aos povos originários o protagonismo na interlocução com a sociedade, ocupando espaços para garantir o atendimento às suas demandas, sendo essa presença um projeto coletivo que reflete os anseios e objetivos das comunidades (Bergamaschi, 2015).

Do ponto de vista de João Paulo Lima Barreto (Barreto & Santos, 2017, p. 88), indígena do povo Yebamasã (Tukano) e doutor em Antropologia, a ação afirmativa:

[...] significava apostar na existência de uma diferença de fato entre os modelos de conhecimentos, longe da ótica de justiça social. Significava que nós, indígenas, seríamos capazes de estudar nossos conhecimentos para além de narradores de mitos ou informantes e coadjuvantes de antropólogos, de modo a dialogar com a ciência a partir de categorias e conceitos que aproximam e distanciam os modelos de conhecimentos.

É fato que a inserção dos indígenas no âmbito dos programas de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras trouxe um ganho não dimensionado pela política pública, que é a possibilidade de se estabelecer um diálogo com os conhecimentos dos povos originários, obrigando a academia a refletir sobre um caminhar que favoreça a descolonização do pensamento dominante. Isso exige, como destaca Barreto e Santos (2017), uma postura de transformação das práticas de olhar o diferente e buscar compreendê-lo sob a ótica de uma simetria de aprendizagem que favoreça a comunicação entre culturas diferentes.

Nessa perspectiva Bonin (2022, p. 7) destaca ainda que a presença dos indígenas na pós-graduação:

[...] é relevante para permitir que as pesquisas sobre a educação indígena e sobre os processos próprios de aprendizagem sejam conduzidas por membros de cada etnia, o que permitiria expandir o campo de conhecimentos e contemplar epistemologias outras, modos singulares de conceber a pesquisa, de articular e de argumentar, de escutar e de perguntar, de se inserir no cotidiano, de prestar atenção, de sistematizar e dar organicidade ao que se deseja tornar público por meio do texto acadêmico.

De fato, o conhecimento indígena envolve corpo de saberes, práticas e crenças acumuladas ao longo do tempo por um grupo de pessoas que vivem em contato próximo, ao longo de gerações, com o meio ambiente e suas experiências históricas (Adam, 2010). Tais saberes nascem e se irradiam no chão batido da aldeia, expressando verdades e visões próprias dos povos indígenas.

Agrawal (1995, p. 413) defende que as discussões acadêmicas caracterizaram o conhecimento indígena como um recurso significativo para a evolução. Contudo, apesar do inegável crescente valor, reconhecimento e valorização das comunidades locais nos países em desenvolvimento, estudos mostram que ele sempre foi subvalorizado e/ou desconsiderado, além de ser visto como não funcional pelos proponentes da ciência ocidental (Kalolo, 2022).

Para alterar esse quadro e constituir saberes a partir da visão de mundo particular, observa-se que a presença indígena nas instituições de ensino superior no Brasil vem se ampliando de forma significativa ao longo dos anos, por meio da vivência nos ambientes da graduação ou da pós-graduação. Essa inserção assegura aos povos originários o protagonismo na interlocução com a sociedade, permitindo-lhes ocupar espaços para

assegurar o atendimento às suas demandas, sendo essa presença um projeto coletivo que reflete os anseios e objetivos das comunidades (Bergamaschi, 2015).

A partir dessas reflexões, pode-se ponderar que esta produção de saberes possui aspectos singulares de funcionamento, dinâmica e interação entre os diferentes atores do complexo ambiente acadêmico, fazendo emergir o interesse em investigar esse movimento de produção científica desses intelectuais indígenas, suas áreas de interesses, se eles estabelecem relações de coautoria com seus pares e se essa produção reflete o transpasso temporal das políticas de educação indígena, constituídas a partir da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988).

A pesquisa tem como objetivo compreender se as ações afirmativas constituídas ao longo dos últimos anos impactam na produção dos acadêmicos indígenas oriundos dos estados da região Norte, assim como identificar, por meio da coocorrência de palavras, as temáticas implícitas na geração do conhecimento científico desses pesquisadores que estão vinculados à pós-graduação. Para isso, inicialmente, é apresentada uma breve reflexão teórica sobre as políticas afirmativas para a população indígena e a sua configuração legal no contexto educacional para a formação em nível de pós-graduação, constituindo, a partir do olhar sobre sua cronologia, elementos para examinar a temporalidade de produção científica e, a partir da trajetória metodológica descrita, expor resultados obtidos a partir das evidências encontradas e as conclusões obtidas.

2 Políticas de Ações Afirmativas

Ações efetivas, que buscam mitigar as assimetrias sociais e o desequilíbrio das possibilidades de inclusão das pessoas em desigualdades sociais, apresentam três vertentes de políticas que podem ser adotadas: (i) as repressivas; (ii) as compensatórias, também chamadas de ações afirmativas; e (iii) as valorizativas ou persuasivas (Jaccoud & Beghin, 2002).

As políticas repressivas são, segundo os autores, aquelas que se orientam contra comportamentos e condutas segregadoras a partir do emprego da legislação criminal existente, enquanto as valorizativas ou persuasivas buscam reconhecer e valorizar a pluralidade étnica com o objetivo de atingir não só a população racialmente discriminada, mas também a sociedade como um todo.

As ações afirmativas se configuram como políticas públicas ou privadas que buscam promover a igualdade material e neutralizar os efeitos da discriminação, especialmente nas áreas da educação, no mercado de trabalho e na comunicação. De fato, trata-se de um agir em favor de indivíduos que são potencialmente discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Deste modo, elas:

[...] ancoram-se em uma crítica ao princípio de igualdade formal perante a lei e organizam-se em torno de uma demanda concreta de igualdade – a igualdade de oportunidade. As ações afirmativas visam, com efeito, restituir a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos raciais, promovendo um tratamento diferenciado e preferencial àqueles historicamente marginalizados (Jaccoud & Beghin, 2002).

Como ressaltado pelos autores, em sua maioria, as ações afirmativas fazem parte de uma política estatal de caráter compensatório. Gonzaga e Costa (2024) mencionam que essa compensação se refere a reparar um passado histórico de injustiças sofridas por certos grupos sociais. Pode-se dizer que a política compensatória é um dispositivo alternativo para contrabalancear situações de desigualdade e minimização social de determinado grupo que, comprovadamente, é impactado por erros e/ou injustiças sociais (Wenczenovicz & Baez, 2016).

As ações afirmativas, como destacado, teve origem na Índia, onde foram implantadas para garantir a participação da população menos favorecida na esfera pública e no acesso à educação superior. Nigéria, Malásia, África do Sul e Estados Unidos igualmente adotaram tais atitudes, sendo a experiência estadunidense uma das mais polêmicas em função das tensões raciais vivenciadas nesse país.

De um modo geral, as ações afirmativas brasileiras foram inspiradas na experiência norte-americana, embora tenham sido discutidas, inicialmente, no Brasil a partir da década de sessenta pela união dos movimentos sociais internos e pelas demandas internacionais. Contudo, é no início dos anos 2000 que se observa um ambiente para a criação de um contexto de discussões sobre a temática em função da existência de um movimento oriundo das reflexões ampliadas na década de 1990 e da participação do Brasil na Conferência de Durban, em 2001, que fomentou a adoção de ações afirmativas para o acesso à educação superior no país.

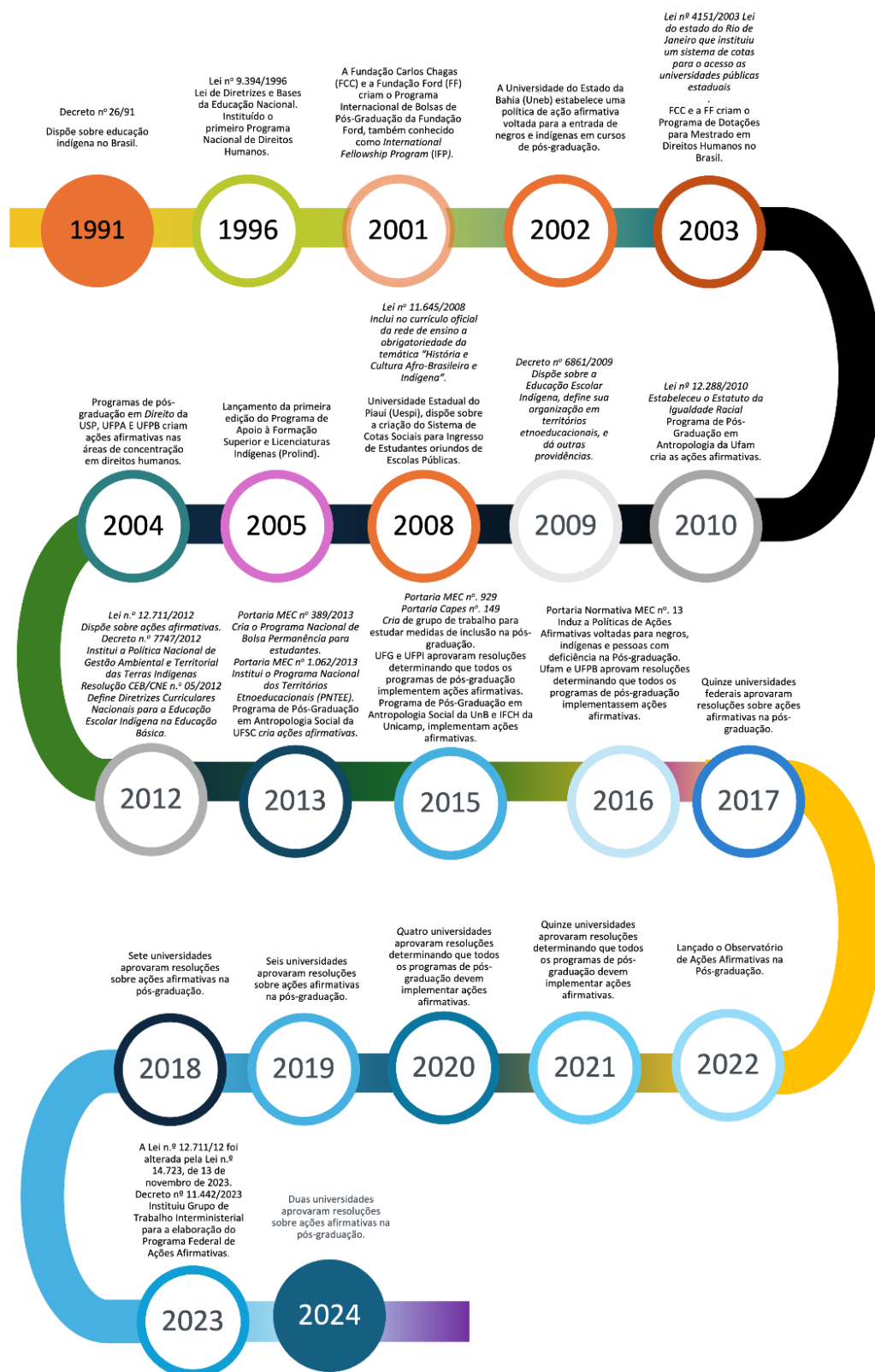
Com olhar focado na implantação de tais ações no contexto da pós-graduação brasileira, Venturini (2021, p. 42) afirma que: "A diversidade é um forte argumento a favor da ação afirmativa nos programas de pós-graduação; um corpo discente mais diversificado é benéfico para a qualidade da pesquisa, o treinamento de futuros professores e pesquisadores e o aprimoramento da ciência". Segundo o relatório do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (Obaap) (2024) ao analisarem os editais de seleção, foram observados diferentes modelos de adoção das cotas ou das vagas suplementares na pós-graduação. Na maioria dos programas, as fases tradicionais ocorrem sem alterações ou exclusões nesse processo de admissão. De outra forma, os programas têm levado em conta as barreiras enfrentadas por diferentes grupos no acesso à pós-graduação ao formular políticas, fazendo assim modificações em seus processos seletivos. Para além da questão do acesso por meio das ações afirmativas, Santos e Dias Jr. (2009) afirmam que o crescente ingresso na pós-graduação de indígenas e de outros povos tradicionais deve ser acompanhado por uma postura acadêmica que estabeleça um diálogo mais simétrico entre o que propõem as teorias e técnicas científicas e o que postulam as cosmologias e as práticas indígenas, foco das reflexões efetuadas pelos autores.

O Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (Obaap), criado com objetivo de monitorar editais de programas de pós-graduação (PPGs) e resoluções de universidades públicas que adotam ações afirmativas em suas seleções, aponta que até outubro de 2024, 74 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas adotaram a medida. É válido ressaltar que, em 2021, ocorreu uma primeira contagem, na qual a Obaap identificou 45 universidades com resoluções. Em abril de 2023, contou-se 52 IES, apontando-se assim um crescimento de 64,4% e 42,3% em relação aos mapeamentos anteriores. Especialmente quanto aos usufruidores do ingresso por meio de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação, o Observatório destaca que os principais beneficiários são estudantes indígenas, pretos, pardos, e pessoas com deficiência. Algumas universidades também incluem, em suas normativas, os quilombolas, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) e refugiados.

Sem a preocupação de exaustividade, a Figura 1 destaca os principais eventos que contribuem para o entendimento do caminho percorrido no contexto nacional.

Figura 1

Linha do tempo das ações afirmativas.



Nota. Fonte: Os autores (2025). [Descrição da imagem]. A Figura 1 representa uma linha do tempo horizontal que ilustra um período de 1991 a 2024, organizada em uma série de círculos coloridos conectados. A progressão cronológica se desenrola em um formato de "S" ou zigue-zague, iniciando no topo com o ano de 1991 (laranja) e continuando para a direita até 2003. A linha então desce e curva, seguindo para a direita nos anos de 2004 a 2010, desce novamente e continua de 2012 a 2017 e faz uma última curva para a esquerda, abrangendo os anos de 2018 a 2024. Acima de cada círculo que contém o respectivo ano, há um texto que descreve a política de ação afirmativa publicada naquele ano para o ensino superior. Os dados completos também podem ser conferidos no Apêndice 1. [Fim da descrição].

As ações afirmativas fortaleceram suas discussões e debates no cenário político brasileiro a partir da década de 1990, conforme dispõe a Figura 1. Especialmente no que diz respeito às ações afirmativas para indígenas, foco deste estudo, cabe destacar que elas abrangem, dentre outros aspectos, a reserva de vagas nas universidades federais e a assistência a estudantes indígenas fora das suas aldeias, elementos esses que impactam o viés educacional de sua realização.

2.1 A educação como via das Ações Afirmativas para os indígenas

Duas vertentes políticas foram adotadas pelo Estado brasileiro quanto à aplicabilidade da legislação educacional aos indígenas: (i) de dominação por meio da integração e homogeneização cultural; e (ii) de pluralismo cultural, garantida a partir da Constituição de 1988.

O direito à educação escolar indígena – caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pelo reconhecimento das matrizes linguísticas e conhecimentos dos povos e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade com os projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena – só ocorreu por meio de uma trajetória histórica em direção à democratização das relações sociais no Brasil (Wenczenovicz & Baez, 2016).

A política educacional indígena brasileira é baseada e amparada por diversas normas e legislações que reconhecem o direito a uma educação de qualidade aos indígenas, tal qual o faz o artigo 31 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008, p. 16) ao dispor que “Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural”, asseverando a essa população o compromisso da comunidade internacional em respeitar a constituição de seus saberes e o valor de suas culturas e identidades. Pode-se inferir que tais conquistas estão respaldadas pela Constituição Federal (1988), a qual aponta em seu Art. 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988, art. 231).

É importante destacar que, além da Constituição Federal de 1988, outras normativas foram instituídas com o intuito de amparar e efetivar uma política de formação indígena diferenciada. Dentre elas, destacam-se, conforme Castro e Gonçalves (2022, p. 1068-69):

[...] o Decreto n. 26, de 1991, que dispõe sobre educação indígena no Brasil; Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei n. 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’; Decreto n. 6861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências; Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre ações afirmativas para afrodescendentes e indígenas; Decreto n. 7747/2012, que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; Resolução CEB/CNE n. 05/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; Portaria MEC n. 389/2013, que cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência para estudantes de graduação ingressantes em universidades e institutos federais; Portaria MEC n. 1.062/2013, que institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE.

Esse amplo arcabouço legal oferece maior amparo à formação básica, sendo necessário, como destaca Paladino (2016), que a população indígena possua também garantias de acesso e permanência com sucesso no ensino superior. Neste sentido, as políticas estabelecidas por meio de ações afirmativas foram direcionadas para a formação em nível superior, em especial: (i) o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), que não se constituiu em uma política permanente e teve editais lançados em 2005, 2008 e 2009 para estimular a oferta de curso na área das Licenciaturas Interculturais, formando, até 2011, 2.620 indígenas (Wenczenovicz; Baez, 2016); e a (ii) Portaria Normativa nº 13 de 2016 do Ministério da Educação, que dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-graduação (Brasil, 2016).

A Figura 1 destaca que, desde 2002, os programas de pós-graduação de universidades brasileiras passaram a adotar ações afirmativas para seus processos de admissão. A pesquisa de Venturini e Penido (2022), realizada a partir da análise dos editais de seleção de programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas publicados até janeiro de 2018, dos documentos disponibilizados pelos programas e universidades e das entrevistas semiestruturadas com coordenadores de alguns programas, aponta que os impactos de tais ações ocorreram mais amplamente nos programas da área de Ciência Humanas. Contudo, pesquisas iniciais

sobre a questão, realizadas por Dal'Bó, (2018) e Paladino (2016), revelam uma presença maior nos cursos de Educação, Antropologia, Ciências Sociais, Linguística, Direito e Desenvolvimento Local ou Sustentável. Segundo Paladino (2016, p. 99): "Da região Norte do país, registra-se que a maior quantidade provém do Alto Rio Negro: 17 pessoas, no total (pertencentes a seis povos indígenas diferentes: Tukano, Tariano, Baniwa, Baré, Tuyuka e Piratapua".

A abrangência e contingência das escolhas das áreas pode refletir as tessituras dos interesses dos povos indígenas, impregnada nas inclinações de suas lutas e esforços para construir um projeto de ação coletiva. Como destaca Reichert (2019, p. 31), "são indivíduos cujos percursos de vida se inserem em um tempo de direitos e lutas [...] capitaneados pelas organizações indígenas". Apoiado em Luciano (2006, p. 65 citado em Reichert, 2019), afirma que eles recebem a missão de atuar junto à sociedade não indígena, ocupando funções importantes para a vida coletiva, o que pode influenciar suas decisões quanto às áreas de estudo.

Neste sentido, Rodrigues (2019, p. 39) afirma que os povos "indígenas reconhecem que aprender o saber dos brancos é uma estratégia para obtenção de acesso, prestígio e poder nos ambientes não indígenas", motivando reflexões que se debruçam sobre a identidade étnica de seus saberes, constituídos como forma de uma afirmação identitária profunda. A autora ainda destaca que "as populações indígenas estão, cada vez mais, adentrando os espaços nos quais se produz um saber ocidental para questioná-lo e propondo seus modelos de ecossaberes ou suas epistemologias" (Rodrigues, 2019, p. 33), o que corrobora para ampliar as reflexões propostas por Santos e Dias Jr. (2009) e para o fortalecimento do protagonismo dos acadêmicos indígenas.

2.2 Acadêmicos indígenas e a arqueologia do saber produzido

Paladino (2016, p. 95), ao apresentar uma análise inicial da produção bibliográfica indígena com o intuito de construir um diálogo entre saberes, afirma que:

É possível observar, nos últimos anos, a existência de uma produção acadêmica de autoria indígena, [...] por diferentes áreas de formação no ensino superior. Trata-se em muitos casos de textos sumamente ricos, tanto pela relevância das temáticas abordadas e das pesquisas realizadas, quanto por serem fruto de reflexões que os autores indígenas elaboram a partir de trajetórias e experiências de vida densas e complexas.

Parte da produção apontada pela autora é fruto de pesquisas na pós-graduação, uma vez que, como destaca Fernandes (2010 citado em Paladino, 2016) da etnia Kaingang, de Santa Catarina, a discussão e problematização na pós-graduação é estratégica para qualificar as reflexões e os debates em busca de respostas para os direitos indígenas. Para a autora, essa qualificação se faz necessária para que a apropriação destes conhecimentos se constitua como instrumentos de luta e defesa de seus direitos fundamentais, propiciando uma contribuição significativa para temáticas que envolvem o enfrentamento da maioria dos desafios contextuais específicos dos povos indígenas.

Por oportuno, o estudo de Kalolo (2022, p. 1), ao examinar as temáticas que envolvem os processos científicos indígenas, compôs uma relação entre os domínios de conhecimentos do que ele denomina como uma ciência indígena (SI) e a ciência moderna (SM), buscando constituir um diálogo entre os "dois sistemas de conhecimento", de modo a promover o reconhecimento do primeiro e ressaltar os diversos assuntos que envolvem a produção de conhecimento pelo acadêmico indígena.

Sob este aspecto, Santos e Dias Jr. (2009), debruçando os olhares sobre aquilo que eles denominam de Ciência da Floresta e citando Castro (2007), afirmam ser necessário, antes de tudo, compreender que a ideia basilar do que é conhecimento é distinta para os povos originários, sendo necessário dimensionar que os aspectos que estão relacionados a sua produção de conhecimento perpassam o entendimento das distintas formas como o mundo é observado pela concepção indígena, ou seja, "além de lutarem pelas suas próprias demandas, os povos indígenas na universidade podem mostrar, com toda a sua pluralidade, que existem outras formas de ser/estar no mundo que vão além da matriz eurocêntrica hegemônica (Paulino, 2008 citado em Paladino, 2016).

Os estudos de Paladino (2016) sobre a produção acadêmica indígena em nível da pós-graduação apontam que: (i) são problematizadas sobretudo questões que dizem respeito à ética e à metodologia de pesquisa; (ii) a maioria das pesquisas estão direcionadas para um leitor não indígena, pois buscam dialogar com aquilo que é externo a sua cultura para romper estereótipos; (iii) os autores fazem referência a suas identidades étnicas, evidenciando que pertencem a diferentes povos; e (iv) as temáticas desenvolvidas envolvem assuntos variados, mas apresentam uma ênfase nas questões educacionais e sobre a territorialidade indígena e o desenvolvimento

sustentável, bem como sobre o enfrentamento da maioria dos desafios contextuais específicos dos povos indígenas. Dentre os temas abordados e identificados na pesquisa estão: educação escolar indígena; terra, territorialidade indígena e desenvolvimento sustentável; linguística, revitalização das línguas, perfil sociolinguístico de sua comunidade e construção de gramáticas; etnicidade, identidade e organização do movimento indígena; questões vinculadas à saúde indígena; cosmologia, mitos, história indígena e conhecimentos tradicionais de seu povo; questões jurídicas vinculadas à proteção do conhecimento tradicional; imagem dos índios na literatura brasileira e questão de gênero, analisando o papel e a situação da mulher indígena da etnia do autor.

Momo (2019), ao analisar e caracterizar as monografias apresentadas pelos estudantes indígenas graduados entre os anos de 2014 e 2017, que ingressaram nos cursos de graduação por meio do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos, observou que os trabalhos se pautaram em temáticas valorizadas pelas suas etnias, a saber: lendas, mitos, ritos e jogos indígenas. Além disso, utilizaram abordagens tradicionais da cultura indígena, tais como relatos da história da formação de seu povo, das lutas pelas delimitações de suas terras, bem como descrições de seus territórios e formas de localização geográfica.

Com o objetivo de realizar levantamento e análise da produção acadêmica de indígenas matriculados na Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio dos trabalhos de conclusão de curso produzidos e defendidos entre os anos de 2017 e 2020 nas unidades universitárias da instituição, Franco e Landa (2023) observaram uma prevalência da abordagem qualitativa e uma articulação entre os saberes indígenas e os ocidentais. Quanto às temáticas mais recorrentes, destacam-se: o ensino na educação básica nas escolas indígenas e a valorização dos saberes e costumes indígenas, como suas crenças, suas formas de ensino e aprendizagem, bem como o reconhecimento e valorização dos seus povos e suas línguas.

Mainardi e Silva (2023) apresentam um mapeamento exploratório da produção indígena na área de Antropologia, caracterizando-a a partir de informações sobre pertencimento étnico, identidade de gênero, sexo e formação inicial das/os autoras/es, além de relacioná-la aos programas de pós-graduação. Ao analisar a produção de teses e dissertações de indígenas oriundos de mais de 50 povos, vinculados a 23 programas de pós-graduação, os autores destacam que há um visível crescimento dessa produção a partir de 2016.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a geração de saberes pelos acadêmicos indígenas envolve os processos de produção do conhecimento científico, bem como sua comunicação e a relação com as comunidades científicas. Assim, esse conjunto de ações configura-se como espaço de reflexão que pode ser visto sob a perspectiva da Ciência da Informação (CI), capaz de contribuir de maneira significativa para que a sociedade reconheça a diversidade de culturas, vozes e experiências.

É relevante ainda, quanto a essa produção, destacar que ela é permeada por uma epistemologia que representa uma forma única de compreender o mundo, baseada em tradições orais, mitos, práticas espirituais e uma conexão profunda com a terra. A introdução desses saberes no meio acadêmico desafia as metodologias tradicionais e oferece novas perspectivas para a pesquisa e a produção de conhecimento. Os desafios estabelecidos pelos questionamentos propõem abordagens alternativas que valorizam o conhecimento ancestral e possibilitam integrar no meio acadêmico a pluralidade de saberes e a riqueza de perspectivas, contribuindo para uma ciência mais inclusiva, como afirmam Barreto e Santos (2017).

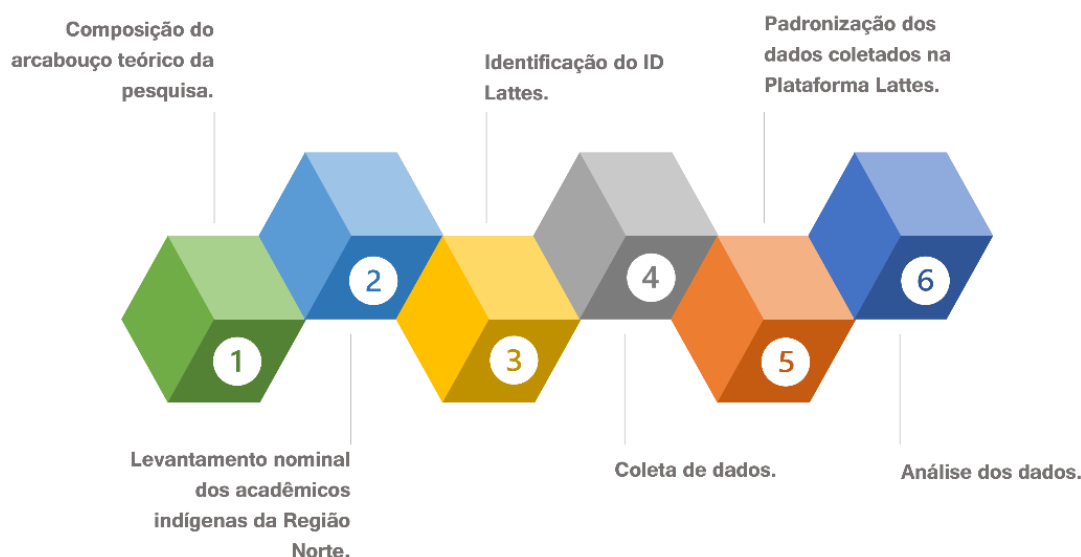
Refletir, de modo exploratório, sobre o processo de construção e de legitimação da produção dos acadêmicos indígenas enquanto inseridos em um espaço social que possui aspectos singulares de funcionamento e que se configura por meio da dinâmica e interação entre diferentes agentes da cultura colonial, implica em constituir elementos para ponderar sobre a sua produção científica, visando mapear, por exemplo, se as temáticas sobre as quais se debruçam refletem as questões cotidianas das comunidades locais, o que permitirá compreender as preocupações que os guiam, se existem especificidades na sua produção científica, se estabelecem relação de coautoria com seus pares, dentre outros aspectos, possibilitando, assim, a constituição de elementos para futuras reflexões sobre o tema.

3 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa e utiliza procedimentos metodológicos para o levantamento e análise dos dados, visando examinar se as políticas públicas educacionais, compostas por meio das ações afirmativas, influenciaram a produção de conhecimento científico dos acadêmicos indígenas vinculados aos programas de pós-graduação da região Norte brasileira. A pesquisa foi executada considerando as seguintes etapas dispostas na Figura 2.

Figura 2

Etapas do percurso metodológico



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem] A Figura 2 apresenta um fluxograma sequencial que detalha as seis etapas do processo de pesquisa. O percurso começa na etapa 1 com a Composição do arcabouço teórico da pesquisa. A sequência prossegue para a etapa 2, com o Levantamento nominal dos acadêmicos indígenas da Região Norte, seguida pela etapa 3, que é a Identificação do ID Lattes. Posteriormente, na etapa 4, ocorre a Coleta de dados, seguida pela etapa 5, que trata da Padronização dos dados coletados na Plataforma Lattes. Por fim, a etapa 6 conclui o processo com a Análise dos dados. [Fim da descrição].

A Figura 2 dimensiona as etapas percorridas para atender aos objetivos propostos envolvendo os seguintes procedimentos:

Etapas 1: Composição do arcabouço teórico da pesquisa

Para compor as bases conceituais deste estudo, foram realizadas buscas e recuperação de informações em documentos científicos e técnicos nas bases de dados internacionais e nacionais, especificamente na *Scopus*, na *Web of Science*, na *Scielo Brasil*, na *BRAPCI* e na *Dimensions*.

Etapas 2: Levantamento nominal dos acadêmicos indígenas da região Norte

A identificação nominal dos sujeitos aptos a comporem a pesquisa, ou seja, acadêmicos indígenas vinculados a Programas de Pós-Graduação da região Norte do Brasil, foi efetuada em dois momentos:

- a) Levantamento indireto: realizado por meio do mapeamento da literatura, sobretudo os estudos de Paladino (2016), Dal'Bó (2018), Reichert (2019), Nascimento (2017) e Baniwa (2009). Subtotal: 20 sujeitos;
- b) Levantamento direto: contato com as 27 instituições que abrigam os programas de pós-graduação existentes na região Norte e 6 instituições que possuem programas instalados fora da região, mas que foram identificadas como potenciais formadores dos acadêmicos indígenas amazônicos, tendo em vista o levantamento indireto realizado. Subtotal: 168 sujeitos;

- c) Total do levantamento nominal dos acadêmicos indígenas da região Norte: 188 sujeitos.

Etapa 3: Identificação do ID Lattes

Com a lista nominal dos sujeitos, foram identificados, na plataforma Lattes, os IDs para a extração dos dados. No processo de identificação, 19 dos 188 sujeitos foram descartados em função de não possuírem Currículo Lattes. O recorte do levantamento foi efetuado, portanto, com **169 indivíduos** que responderam ao critério da pesquisa e possuíam registro na base eleita para a coleta de dados.

Etapa 4: Coleta de dados

A coleta ocorreu no dia 03/03/2023 para o intervalo temporal de janeiro de 2000 a março de 2023, com o emprego do *ScriptLattes*, software desenvolvido para a extração e compilação automática de produções bibliográficas, técnicas, artísticas, orientações, projetos de pesquisa, prêmios e títulos, de um conjunto de pesquisadores cadastrados na Plataforma Lattes, que totalizaram o disposto na Figura 3. Os dados coletados se encontram disponíveis publicamente para consulta no Repositório Comum de Dados de Pesquisa (Deposita Dados)¹ (Barbalho et al., 2024).

Tabela 1

Total de documentos coletados

Tipo de produção	Total de Documentos	Percentual
Participação em eventos	2.767	36,40%
Produção Bibliográfica	2.736	35,99%
Orientações Concluídas	759	9,98%
Produção Técnica	541	7,12%
Organização de eventos	401	5,27%
Projeto de Pesquisa	279	3,67%
Orientações em andamento	89	1,17%
Produção Artística	30	0,39%
Total	7.602	100,00%

Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem] A Tabela 1 apresenta um resumo quantitativo de atividades e produções, organizadas em duas colunas principais: Documentos (que indica a contagem absoluta de itens) e Percentual (que mostra a participação relativa de cada item no total). A Figura 3 exibe nove categorias, sendo as duas com maior peso a Participação em eventos (2767 documentos, representando 35,87%) e a Produção Bibliográfica (2717 documentos, representando 35,22%), as quais, somadas, totalizam mais de 71% do volume de documentos. As demais categorias, em ordem decrescente, incluem Supervisões e Orientações Concluídas (9,84%), Produção Técnica (7,01%), Organização de eventos (5,20%), Projetos de Pesquisa (3,62%), Prêmios e Títulos (1,70%), Orientações em andamento (1,15%), e por fim, Produção Artística (0,39%). O total geral de documentos analisados é de 7.714, correspondendo a 100% do total. [Fim da descrição].

Apesar da coleta haver reunido dados de nove tipos de produções realizadas pelos sujeitos da pesquisa que totalizaram em 7.714 documentos (Figura 3), este artigo aborda a produção bibliográfica e os projetos de pesquisa, que representam 2.996 registros, os quais expressam 38,84% das evidências reunidas. A decisão pelo recorte foi pautada na representatividade que tais modalidades possuem no contexto da academia, porque a participação em eventos também se reflete na produção bibliográfica, especialmente nos itens relativos a trabalhos publicados em anais de congresso.

Cabe destacar que a coleta e os dados apresentam limitações relacionadas à base Currículo Lattes, que se referem à atualização das informações efetuada a partir do processo individual de inserção dos dados por cada sujeito. Também se configuram como restrições do estudo os possíveis vieses de representatividade da amostra em função da forma como os sujeitos foram levantados, o que não representa a totalidade dos acadêmicos indígenas nortistas integrantes dos programas de pós-graduação, assim como as restrições oriundas do uso de

¹ Disponível em: <https://doi.org/10.48472/deposita/JE0RQ9>.

palavras-chave como único critério de análise relacional, uma vez que elas podem ser empregadas em múltiplos contextos com sentido polissêmico, além de serem palavras muito genéricas.

Etapas 5: Padronização dos dados coletados na Plataforma Lattes

De posse do resultado da coleta realizada pelo *ScriptLattes*, foi efetuado o tratamento dos dados, visando adequá-los para a utilização do *software Visualizing Scientific Landscapes (VOSviewer)*, versão 1.6.15, na elaboração de grafos de coocorrência de palavras-chave em relação ao período temporal. Esse tratamento consistiu na padronização dos dados em conformidade com a tabela da base *Scopus*, a qual é composta pelos seguintes metadados: *authors*; *title*; *year*; *affiliations*; *author keywords*. Além disso, foi realizada a exclusão de documentos duplicados, padronização e organização das palavras-chave, como, por exemplo, letras maiúsculas e minúsculas, singular e plural, unificação de sinônimos, bem como a inserção do ponto e vírgula para separar as palavras-chave, as quais foram as variáveis de análise neste estudo. Deste modo, a padronização foi realizada com o intuito de excluir inconsistências que porventura dificultassem a análise automática dos dados.

Após a padronização e organização dos dados, as análises foram realizadas considerando os seguintes quantitativos referentes à produção coletada: artigos completos publicados em periódicos (382); trabalhos completos publicados em anais de congressos (285); capítulos de livros publicados (252); livros publicados/organizados ou edições (186); e projetos de pesquisa (279), totalizando 1.384 documentos que foram objeto das análises aqui apresentadas.

Etapas 6: Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de técnicas bibliométricas que contemplam duas abordagens principais: análise de desempenho e mapeamento científico. A análise de desempenho consistiu na avaliação quantitativa da produção científica dos acadêmicos indígenas, considerando os diferentes tipos de publicações, sua produtividade ao longo dos anos e a distribuição temporal da produção.

Para o mapeamento científico, foi realizada uma análise de coocorrência de palavras-chave, que permitiu explorar as relações entre as temáticas presentes nas produções acadêmicas. Essa análise facilitou a identificação dos principais campos de interesse e a evolução das temáticas ao longo do período de 2000 a 2023.

A análise foi segmentada por tipo de produção - artigos publicados em periódicos, livros publicados, organizados ou edições, capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de congresso e projetos de pesquisa -, cabendo destacar que para os documentos sem palavras-chave oficiais foram atribuídos termos representativos extraídos dos títulos, resumos e introduções, por meio de procedimento de análise textual.

4 Resultados e discussões

As análises a seguir buscam apresentar, compreender e interpretar os dados coletados, tendo como ponto de partida a exposição do conjunto da produção bibliográfica, artística e técnica como um todo para, posteriormente, avaliar separadamente a geração temporal dos projetos de pesquisa, livros completos, capítulos de livros, artigos e trabalhos completos apresentados em eventos, de modo a buscar ponderar como, distintamente, cada tipo de produção bibliográfica foi impactada ou não pelas ações afirmativas.

4.1 Quadro geral da produção acadêmica indígena

A compreensão do dimensionamento temporal da produção bibliográfica dos acadêmicos indígenas, disposta na Plataforma Lattes, possibilita observar a sua diversidade, bem como a distribuição no período em estudo, isto é, de janeiro de 2000 a março de 2023.

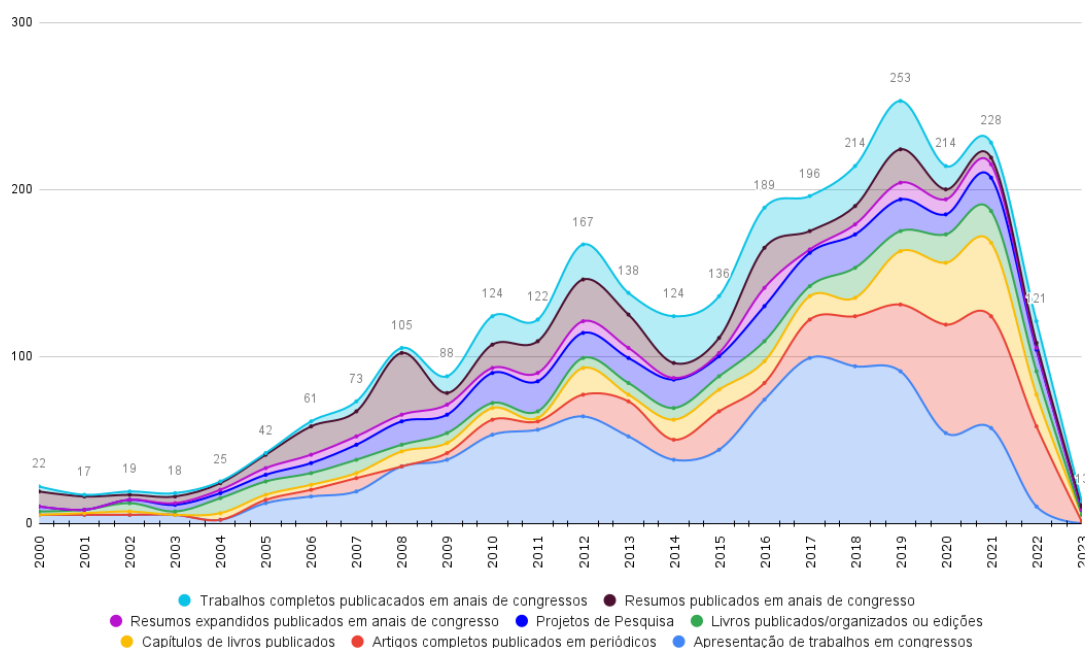
A elaboração do Gráfico 1, a seguir, teve como parâmetro as seguintes produções: artigos completos publicados em periódicos (385); livros publicados/organizados ou edições (186); capítulos de livros publicados (259); trabalhos completos publicados em anais de congressos (286); resumos expandidos publicados em anais de congressos (98); resumos publicados em anais de congressos (289); apresentações de trabalho (927) e os projetos de pesquisa (279). Pelo exposto no Gráfico 1, é possível inferir que os acadêmicos indígenas possuem, no período em análise, uma concentração maior nas produções bibliográficas do tipo apresentação de trabalhos em congressos, com o total de 927 publicações desse tipo.

Para a Plataforma Lattes, a produção bibliográfica refere-se a artigos completos em periódico especializado, resumos em periódico especializado, artigos em jornais, boletins e outros veículos não especializados. Também compõem essa produção os livros, os capítulos de livros e os trabalhos apresentados em congressos e publicados em anais como completo, resumo e resumo expandido. Para essa pesquisa, foram agregados a essa tipologia os projetos de pesquisa por se constituírem como uma atividade de produção de conhecimentos.

Nesse sentido, o Gráfico 1 mostra os dados extraídos após o tratamento realizado.

Gráfico 1

Gráfico da produção bibliográfica dos acadêmicos indígenas da região Norte (2000 – 2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem] O Gráfico 1 apresenta um gráfico de área empilhada, colorido, que ilustra a evolução da produção acadêmica indígena em diferentes categorias ao longo dos anos, de 2000 a 2023, com o eixo horizontal apresenta a sequência dos anos que vai de 2000 a 2023. Observa-se um crescimento contínuo na produção total a partir de 2004, atingindo um pico por volta de 2019 e 2020, com o número máximo de 253 publicações em 2019, seguido por uma queda abrupta em 2022 e 2023. As categorias de produção incluem Trabalhos completos publicados em anais de congressos (área azul clara, a de maior volume), Artigos completos publicados em periódicos (de cor vermelha), Resumos expandidos publicados em anais de congresso (de cor amarela), entre outras. O gráfico destaca a dominância dos trabalhos completos em anais de congressos, enquanto todas as formas de produção contribuem para o formato geral do crescimento e da queda recente. [Fim da descrição].

Apesar da primeira legislação sobre educação indígena ser de 1991, como destacado na Figura 1, observa-se que há uma estagnação anterior a 2003 e uma elevação da produção a partir de 2004, com maior ascendência nos seguintes anos:

- a) **2008 e 2012:** a elevação das publicações bibliográficas dos sujeitos pesquisados, observada no período de 2008 a 2012 - de 105 para 167, respectivamente, pode ser um indicativo da produção intelectual realizada a partir da ação desencadeada pelo Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), lançado em 2005 para a formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, cujos resultados de estudos e pesquisas, divulgados em congressos científicos, passaram a reverberar com o amadurecimento da formação. É fato, como afirma Costa (2023), que o resultado de publicações não é oriundo das ações afirmativas da pós-graduação, uma vez que, segundo o autor, entre 2000-2011, as discussões para este nível de formação estavam em fase inicial de circulação de ideias, ainda restrita a poucos PPGs e sem difusão nacional. É implícito afirmar que, a partir da formação em nível superior das turmas iniciais, os indígenas passaram a ingressar nos programas de pós-graduação, o que se refletiu na produção que segue nos anos posteriores;

- b) **2016:** a criação de diversos textos legislativos expostos na Figura 1 é um indicativo de uma possível contribuição para tal produção, muito possivelmente pautada, em sua maioria, no âmbito dos discentes de graduação, tendo em vista que, no contexto da pós-graduação, é no período de 2012-2016 que o tema passa a ser pauta no Ministério da Educação e na Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme afirma Costa (2023). Contudo, observa-se ainda que há uma elevação e uma manutenção nos níveis de produção a partir do ano de 2016 - com 189 produções acadêmicas e chegando a 253 em 2019 - quando uma política pública foi constituída por meio da Portaria Normativa nº 13 de 2016 do Ministério da Educação (Brasil, 2016) e mais de dez instituições já haviam implantado ações afirmativas no contexto da pós-graduação. Cabe também destacar o que apontam os estudos de Mainardi e Silva (2023) quanto ao aumento exponencial na produção dos alunos dos programas de pós-graduação de Antropologia, a partir desta data;
- c) **2019:** com as ações afirmativas desenhadas pela esfera pública a partir de 2016 para a pós-graduação (Figura 1), é possível que a elevação da produção bibliográfica, neste ano, seja reflexo das pesquisas realizadas nesse nível de formação.

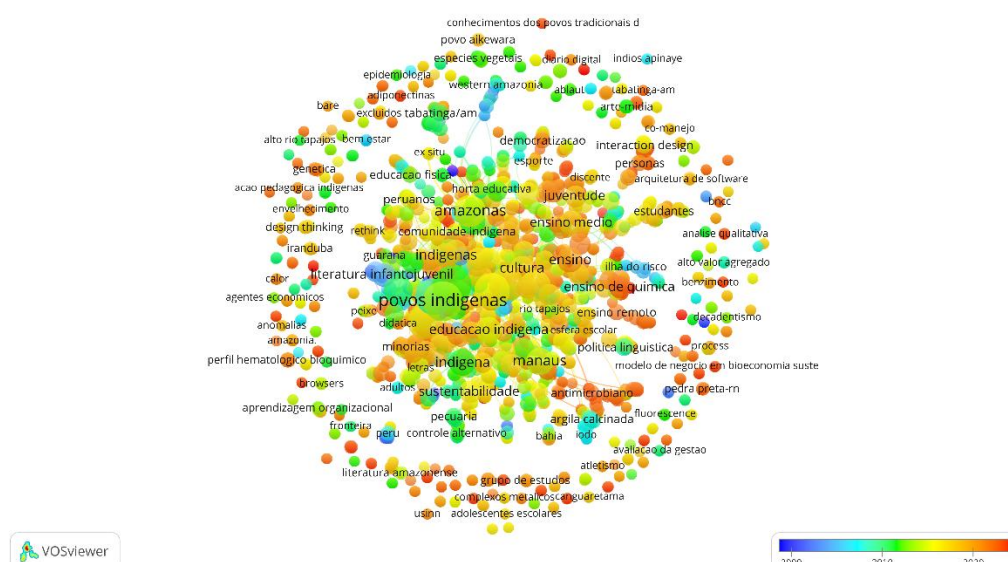
No Gráfico 1, ainda é possível observar que as produções dos intelectuais indígenas, registradas na Plataforma Lattes, se fortalecem com o passar do tempo, atingindo um maior volume em 2019. Desta forma, pode-se inferir que as ações afirmativas, criadas na esfera pública para incentivar o ingresso da população indígena na pós-graduação, possivelmente influenciaram essa produção, uma vez que, como destaca o Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap), 54,3% dos 1.531 programas de pós-graduação acadêmicos existentes no país adotam algum tipo de ação afirmativa em seus processos de admissão de estudantes de mestrado e doutorado (Venturini; Penido, 2022).

Por oportuno, cabe ainda destacar que a coleta de dados foi efetivada em março de 2023, motivo pelo qual a avaliação específica deste ano, em função da data do levantamento, configura-se como um limitador para a análise dos dados.

Para dimensionar as temáticas abordadas na produção no transcorrer do tempo, o Gráfico 2 foi composto com o intuito de analisar os interesses e preocupações que se refletem na produção bibliográfica.

Gráfico 2

Coocorrência de palavras-chave da produção bibliográfica dos acadêmicos indígenas segundo data de publicação (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem] O Gráfico 2 é uma rede de coocorrência de palavras-chave que ilustra as conexões temáticas do conjunto de publicações analisadas. Os nós (círculos coloridos) representam termos-chave e as linhas indicam a frequência com que esses termos aparecem juntos. O tamanho dos nós reflete a frequência ou centralidade do termo, com “povos indígenas” sendo o nó mais proeminente e central. As cores dos nós (variando de azul a vermelho/amarelo, conforme a legenda) indicam o período temporal em que os termos se tornaram mais ativos ou proeminentes na pesquisa, sendo azul para termos mais

antigos (próximos de 2000) e vermelho/amarelo para termos mais recentes (próximos de 2020), mostrando a evolução dos temas de pesquisa ao longo do tempo. *[Fim da descrição]*.

O Gráfico 2 é composto por 2.121 palavras identificadas em artigos completos publicados em periódicos, livros completos publicados/organizados, capítulos de livros, projetos de pesquisa e trabalhos completos publicados em anais de congressos. Do total da produção coletada, foram excluídos 321 registros que não possuíam palavras-chave ou não foi possível extraí-las dos documentos.

No Gráfico 2, observam-se temas como povos indígenas, educação indígena, terras, linguagens que aparecem em posições de maior centralidade, formando o núcleo do grafo. Isso sugere que esses temas são altamente recorrentes na produção científica e refletem as principais áreas de interesse e aprofundamento dos pesquisadores. Nota-se que há uma preocupação inicial em refletir sobre o modo de vida e as mitologias na perspectiva de registrar práticas do cotidiano, cujas palavras-chave apresentam-se na cor azul referente aos anos mais antigos na escala temporal; e evolui para reflexões relacionadas à educação, sob os mais variados aspectos e olhares.

As décadas de 1990, 2000 e 2010 representam importantes ganhos sócio-políticos no cenário nacional. A conquista de espaços importantes e estratégicos dentro das instituições governamentais tornou-se realidade graças às incidências do protagonismo indígena e da participação efetiva nos debates para a implementação da Educação Escolar Indígena de acordo com as demandas coletivas (Luciano et al., 2020). Isso se reflete na discussão de temas recorrentes no período em análise, por meio de questões postas em jogo como ensino, ensino remoto, ensino de química dentre outros.

Ainda sobre a temática educacional, sobretudo as questões da educação indígena, enquanto objeto da produção científica, por exemplo, é possível que essa abordagem reflita os esforços dos movimentos sociais e das lideranças indígenas do país que, ao longo dos anos, constituíram elementos para fortalecer o direito à educação bilíngue e intercultural. Os dados expostos reforçam as assertivas de Franco e Landa (2023) e Paladino (2016), para os quais a ênfase nas questões educacionais reflete o enfrentamento da maioria dos desafios contextuais dos povos indígenas.

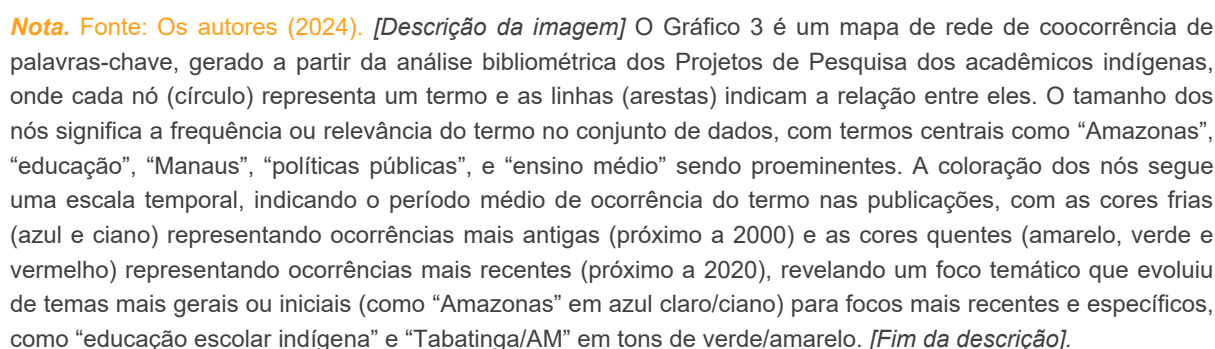
Apreciando o Gráfico 2, é possível notar uma variedade de *clusters* periféricos pequenos (cores mais quentes), relacionados à temporalidade mais recente (2020 em diante) e cujas temáticas variam entre os contextos das ciências biológicas (em menor evidência) para humanas e sociais, demonstrando que há uma dispersão, possivelmente em função da variedade de questões que estão relacionadas ao agir das comunidades indígenas, considerando que os acadêmicos integram um projeto político de ação desses povos originários, como destacado nas reflexões teóricas.

Para ampliar o olhar sobre o exame das temáticas e sua relação com as tipologias dos documentos em análise, a temporalidade será avaliada dentro do contexto de cada categoria, com o intuito de elencar elementos que favoreçam, a compreensão das proposições de estudos dos acadêmicos indígenas e sua relação com as Ações Afirmativas.

4.2 Projetos de pesquisa

O Gráfico 3 demonstra o panorama das temáticas desenvolvidas pelos acadêmicos indígenas nos 279 projetos de pesquisa coletados para o período de 2000 a 2023. Foi atribuído um total de 837 palavras-chave para esse tipo de produção. É oportuno ressaltar que as palavras-chave aqui destacadas foram atribuídas no transcurso da pesquisa pelos autores deste estudo, uma vez que, no Currículo Lattes, não há inserção das palavras-chave para os projetos de pesquisa, o que dificultaria a análise por temáticas. Dito isso, visou-se constituir um panorama de temáticas para essa tipologia, adotando-se tal método na elaboração do Gráfico 3.

Temáticas abordadas em projetos de pesquisa (2000-2023)



No período de 2006 a 2018, o quantitativo de projetos de pesquisa aumentou, de 6 (seis) para 18 (dezoito), mas, em 2014, foram registrados na Plataforma 11 projetos. De 2011 a 2015, ocorreu uma variação no quantitativo dessa produção, geralmente acima de 10 projetos por ano. No período de 2016 a 2021, no geral, os registros superaram a inserção de 20 projetos anuais. Em 2019, 2022 e 2023, foram cadastrados 19, 12 e 3 projetos de pesquisa, respectivamente.

Quanto às temáticas, destacam-se: Amazonas, políticas públicas, Manaus, educação, Humaitá-Am, ensino médio, povos indígenas e política linguística, espécies vegetais e perfil hematológico bioquímico.

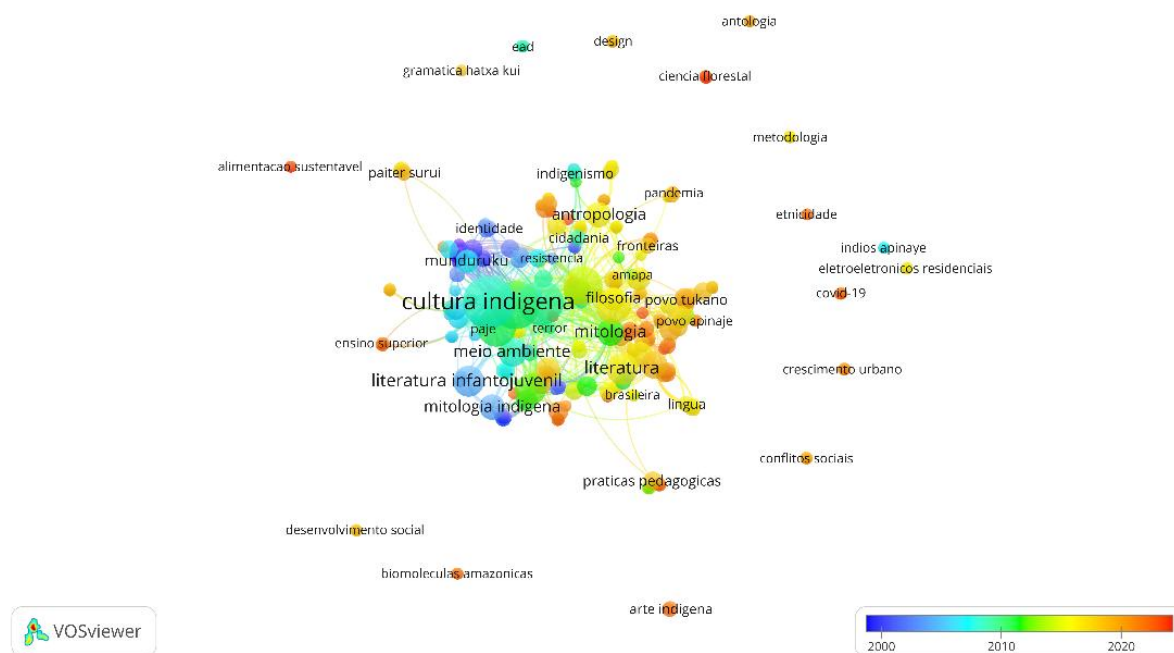
Com base nos resultados das temáticas apresentadas, pode-se inferir que os interesses dos acadêmicos indígenas vão além dos estudos voltados para sua identidade, etnia, religião e outros temas que permeiam o seu mundo. Eles estudam também temas relativos à realidade da Amazônia, que demonstram o modo como eles se estabelecem nesse meio, revelando um olhar indígena para esses temas.

4.3 Livros completos

O Gráfico 4, apresenta a análise da distribuição temática dos 186 livros coletados por meio do *software ScriptLattes*, no decorrer do recorte temporal abordado nesta pesquisa, ou seja, de 2000 a 2023. A coleta resultou em 190 livros, dos quais quatro não possuíam ano de publicação registrado na Plataforma de Currículo Lattes e, portanto, foram desconsiderados nesta análise, totalizando 186 livros.

Gráfico 4

Temáticas abordadas em livros completos (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem] O Gráfico 4 é um mapa de coocorrência de palavras-chave, que visualiza a relação entre diferentes termos. Os termos estão agrupados em clusters por cores (verde, azul, amarelo, vermelho), indicando tópicos inter-relacionados. O cluster central e mais denso gira em torno de “cultura indígena” e “antropologia”, conectando-se a temas como “literatura infantil/juvenil”, “mitologia indígena”, “meio ambiente” e nomes de povos como “munduruku” e “povo tukano”. As cores das palavras-chave também se relacionam a uma linha do tempo (azul para 2000, vermelho para 2020), indicando que os tópicos mais recentes tendem a se concentrar em “pandemia”, “covid-19”, “fronteiras” e “etnicidade”, enquanto os temas mais antigos incluem “gramática” e “antologia”. Os laços entre os termos (arestas) representam a força da coocorrência e o tamanho dos círculos (nós) indica a frequência ou importância do termo na base de dados analisada. [Fim da descrição].

Para a elaboração do Gráfico 4, em seu aspecto temático, foram extraídos termos do título, subtítulo, resumo, introdução e/ou apresentação, visto que o tipo de publicação livro não traz, geralmente, palavras-chave em sua estrutura, bem como os autores não terem registrado essa informação na Plataforma Lattes. Dessa forma, foi necessária a extração de termos com o intuito de apresentar, compreender e interpretar as temáticas estudadas em relação à escala temporal. Para essa etapa, foram considerados 173 livros, pois houve 13 livros para os quais não foi possível extrair termos em virtude do aspecto genérico do título e/ou pela não localização do livro. Ao final desta etapa, obteve-se o total de 271 termos para a análise temática.

Com base na análise quantitativa dos dados brutos coletados, observa-se que houve uma média de oito livros publicados por ano, com os maiores picos nos anos de 2018 (18 livros publicados), 2020 (17 livros publicados) e 2021 (19 livros publicados). Realizando-se um recorte na escala temporal, vê-se que, nos primeiros anos, de 2000 a 2015, houve uma média de cerca de cinco livros publicados por ano. A partir de 2016 até 2022, a média se eleva para 14 livros publicados por ano, o que pode estar relacionado à intensificação das ações afirmativas por parte das Instituições Federais de Ensino Superior a partir de 2016 (Figura 1). Isso pode ser interpretado como um avanço significativo no que diz respeito à maior presença indígena nas universidades, o que concorre para a ampliação das reflexões e discussões acerca das temáticas indígenas.

Em relação à distribuição dos termos no Gráfico 4, vê-se que o termo cultura indígena apresenta maior expressividade quantitativa e posiciona-se de forma intermediária na escala temporal, considerando-se a sua cor verde clara, por volta de 2010. Observa-se, ainda, que o termo cultura indígena liga a maior parte dos termos que o orbitam no gráfico.

A partir do ano 2000, observa-se a presença de termos como: identidade, resistência, mitologia indígena, munduruku, índios apinaye. Esses termos podem ilustrar uma intenção de apresentar a si mesmo, sua cultura, suas percepções de mundo e vivências enquanto ser humano que busca resgatar sua ancestralidade e demonstrar suas diferenças frente à sociedade ocidental.

Avançando na escala temporal, por volta de 2010, destacam-se os termos: cidadania, indigenismo, literatura, antropologia, filosofia, povo tukano, fronteiras, o que pode estar relacionado ao objetivo de demarcar, compreender e apresentar perspectivas diferentes frente a problemáticas que impactam a vida na Terra em sentido individual, coletivo e em relação ao meio ambiente.

Dentre as temáticas mais atuais, destacam-se os termos: metodologia, gramática *hatxa kui*, antologia, pandemia, covid-19, práticas pedagógicas, desenvolvimento social, conflitos sociais, crescimento urbano, arte indígena, etnicidade, biomoléculas amazônicas, ciência florestal. Tais termos contribuem para a reflexão sobre as epistemologias possíveis no fazer da universidade.

A produção de livros é conduzida por diversas editoras, que são responsáveis pelas publicações. As editoras com maior volume de publicações estão detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1

Editoras que mais publicam a produção dos acadêmicos indígenas (2000-2023)

Editora	Quantitativo
Editora da UFAM	14
Editora Callis	9
Alexa Cultural	8
Global Editora	8
Editora da UFAC	6
Editora Peirópolis	6
Editora Caramelo	4
Oikos Editora	4
Companhia das Letras	3
Edelbra Editora	3
Editora Valer	3

Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2024). [Descrição da imagem]. O Quadro 1 apresenta duas colunas: “Editora” e “Quantitativo”, que listam seis editoras diferentes com seus respectivos números quantitativos. A Editora da UFAM possui o maior quantitativo, com 14 publicações de autores acadêmicos indígenas, seguida pela Alexa Cultural (8 publicações), Editora da UFAC (6 publicações) e Editora Caramelo (4 publicações), enquanto a Editora Companhia das Letras e Editora Valer registram o menor quantitativo, ambas com 3 publicações. [Fim da descrição].

Pelo exposto no Quadro 1, observa-se que as editoras das universidades foram responsáveis por 12,30% dos livros publicados pelos acadêmicos indígenas, demonstrando que a implantação da Ação Afirmativa envolve outros aspectos da vivência do discente durante o processo de formação na pós-graduação.

4.4 Capítulos de livros

O Gráfico 5 apresenta a análise das temáticas abordadas em capítulos de livros, levando em consideração o período temporal de 2000 a 2023. Teve-se como parâmetro 252 capítulos de livros publicados pelos acadêmicos indígenas. Desse quantitativo, 233 capítulos apresentavam as palavras-chave indicadas pelos autores e para os

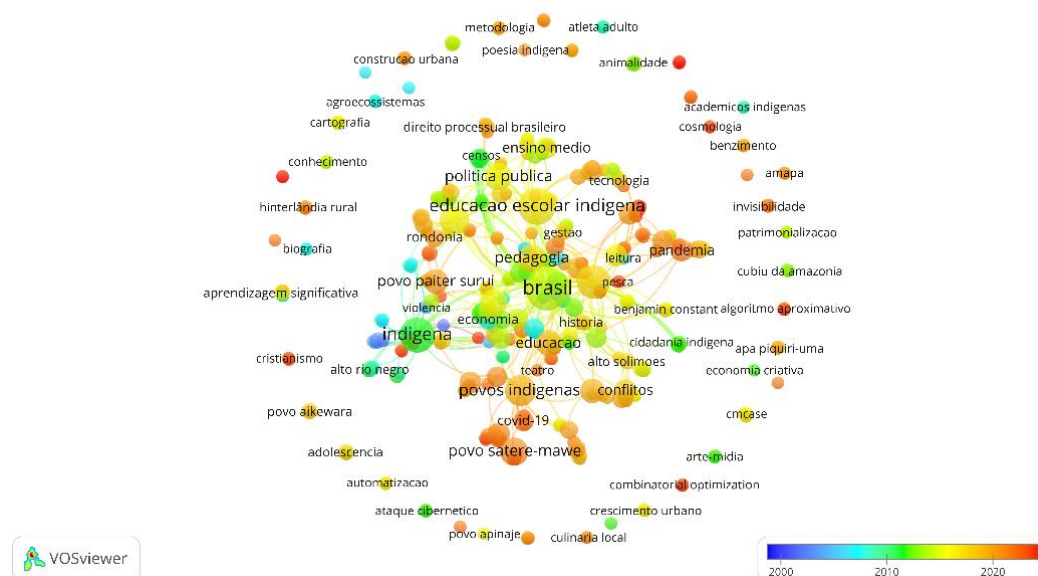
19 capítulos restante foram atribuídos termos identificados por meio do título, subtítulo (quando presente), resumo e/ou introdução.

Observa-se que o tema mais relevante e central, por seu tamanho e posição na rede, é Educação Escolar Indígena (nó grande na cor amarela). Sua posição no meio da rede e as múltiplas conexões com outros tópicos evidenciam que a educação é o eixo principal das pesquisas e o tema de maior colaboração ou intersecção. O termo Brasil (nó grande na cor verde) pode ser interpretado como a palavra-chave que atua como contexto geográfico, conectando-se diretamente à Educação Escolar Indígena e à Pedagogia. Os termos Indígena e Povos Indígenas (nós grandes, variando de verde a amarelo) confirmam o foco étnico e social das pesquisas, sendo termos amplos que se desdobram em áreas específicas. O termo Pedagogia (nó grande, na cor amarela ou verde) mostra que as abordagens de pesquisa estão fortemente ligadas ao campo da educação e às práticas de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito à escala de cores representando a escala temporal, os temas mais antigos (nas cores azul ou roxo - 2000 a 2010) são tópicos mais distantes do centro, como Construção Urbana, Direito Processual Brasileiro, Animais, Metodologia, e alguns termos isolados; enquanto que os temas mais recentes (nas cores amarela e verde - 2018 a 2020), compõe o núcleo central e os tópicos mais fortes, refletindo a continuidade e intensificação do foco em Educação Escolar Indígena, Pedagogia e Políticas Públicas. Termos como Pandemia, COVID-19, Povo Saterê-Mawé e o nome de outros povos (como Povo Palikur Suruí) apresentam cores mais recentes, indicando a possível emergência de estudos de caso específicos e a atenção a crises recentes.

Gráfico 5

Temáticas abordadas em capítulo livros (2000-2023)



Nota. Fonte: os autores (2024). *[Descrição da imagem]*. O Gráfico 5 é um mapa de coocorrência de palavras-chave, gerado a partir da análise bibliométrica das publicações investigadas, onde cada nó (círculo) representa um termo e as linhas (arestas) indicam a frequência com que esses termos aparecem juntos. A cor dos nós e das arestas (seguindo a escala de 2000 a 2020) diz respeito à evolução temporal dos temas, com os termos em azul representando temas mais antigos e os em amarelo/verde, temas mais recentes. O tamanho do nó está relacionado à frequência do termo e a estrutura de clusters visualiza grupos de temas intimamente relacionados, destacando o papel central de termos como “Brasil”, “pedagogia”, “educação escolar indígena”, “indígena”, “povos indígenas” e termos de grupos étnicos específicos (como “povo sateré-mawé” e “povo paiter suruí”) no foco das pesquisas ao longo do tempo. *[Fim da descrição]*.

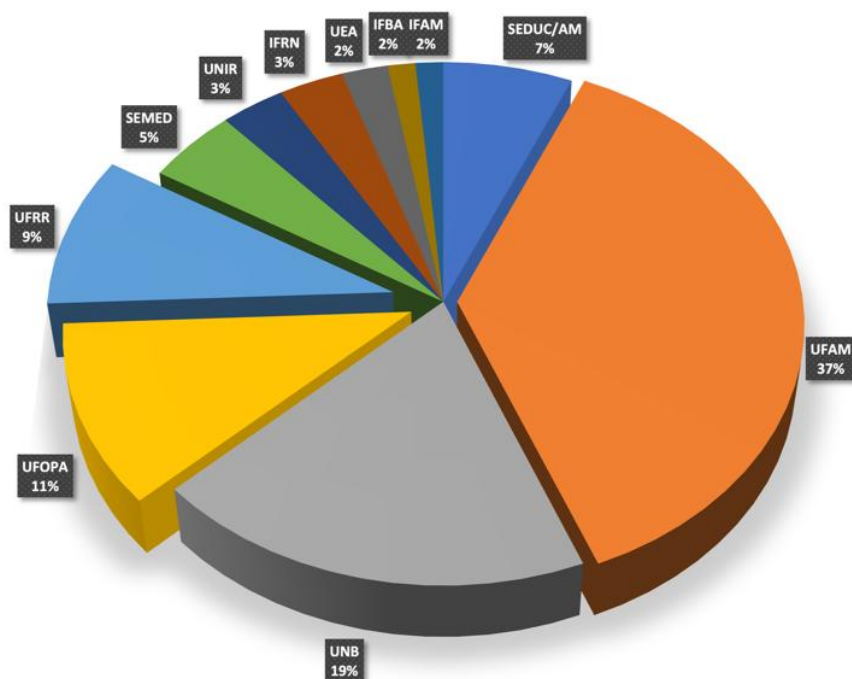
Pode-se dimensionar, pelos dados coletados, que há um significativo aumento na produção de capítulos de livros pelos intelectuais indígenas, sobretudo após a inserção de ações afirmativas e políticas públicas conquistadas. Observando-se os dados brutos, cabe ressaltar que, de 2005 a 2011 essa produção intelectual esteve com uma média de 4 capítulos por ano; a partir de 2012 até 2018 essa média se ampliou para 11 livros por ano e a partir de 2019 evoluiu de forma significativa, apresentando um crescimento exponencial de 26

capítulos de livro publicados por ano. O que pode estar relacionado à ampliação das políticas de Ação Afirmativas que vêm contribuindo para a ampliação da presença indígena nas universidades públicas.

A partir dos dados coletados, pode-se destacar ainda a afiliação destes autores, conforme aponta o Gráfico 6.

Gráfico 6

Afiliação dos autores dos capítulos de livros (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem]. O Gráfico 6 de pizza apresenta a distribuição de diferentes instituições ou órgãos que se referem à afiliação dos autores das produções estudadas. A UFAM (Universidade Federal do Amazonas) detém a maior fatia, seguida pela UNB (Universidade de Brasília) e pela UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará). Outras instituições como SEDUC/AM (Secretaria de Educação do Amazonas), UFRR (Universidade Federal de Roraima), SEMED (Secretaria Municipal de Educação), UNIR (Universidade Federal de Rondônia), IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte), UEA (Universidade do Estado do Amazonas), IFAM (Instituto Federal do Amazonas) e uma fatia menor não claramente rotulada compõem o restante da distribuição, indicando que a participação é bastante diversificada, mas altamente concentrada nas três maiores instituições mencionadas. [Fim da descrição].

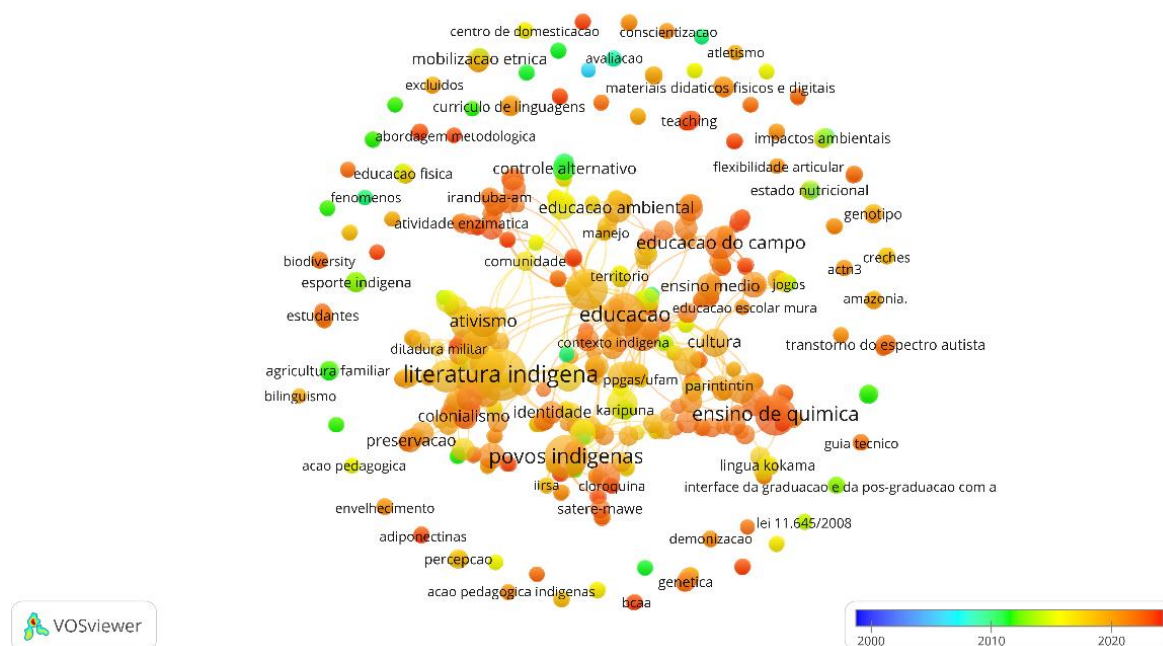
Pelo Gráfico 6, pode-se observar a presença de instituições de várias regiões do país, o que demonstra que os indígenas buscam suas formações em diversas partes do país, em consonância com seus interesses de pesquisa. Isso se reflete nas temáticas eleitas para suas publicações em formato de capítulo de livro.

4.5 Artigos

O Gráfico 7 apresenta as temáticas abordadas em artigos publicados em periódicos, contendo um total de 720 palavras-chave. Foram eliminados da análise 102 artigos, que não apresentaram palavras-chave. A análise abrange o período de 2000 a 2023, e os dados foram devidamente padronizados para garantir a consistência, conforme explicitado na metodologia.

Gráfico 7

Temáticas abordadas em artigos publicados em periódicos (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). *[Descrição da imagem]*. O Gráfico 7 é um mapa de coocorrência de palavras-chave, gerado no software VOSviewer, que ilustra a estrutura temática e a evolução temporal do tipo de produção artigos completos publicados em periódicos. As esferas (nós) representam os termos, com o tamanho indicando a frequência de ocorrência (destacando-se os termos “educação”, “literatura indígena”, “povos indígenas” e “ensino de química” como centrais e mais frequentes). As linhas (arestas) conectam os termos que apareceram juntos nos mesmos artigos, mostrando as associações temáticas entre eles. A cor das esferas segue um espectro que varia de azul (associado ao ano 2000, indicando temas mais antigos) a vermelho/amarelo (associado ao ano 2020, indicando temas mais recentes), revelando que o campo temático de “povos indígenas” e “literatura indígena” apresenta uma forte presença de termos desenvolvidos ou pesquisados mais recentemente (predominância de cores quentes), enquanto o núcleo de “educação” e “educação do campo” mostra uma diversidade de temas de diferentes períodos. *[Fim da descrição]*.

De uma maneira geral, os dados coletados apontam que a publicação de artigos no período de 2000 a 2011 teve uma média de 2 artigos por ano, e com base no Gráfico 7 observa-se a presença da palavra-chave avaliação aparecendo de forma isolada. A partir de 2012, observa-se um aumento significativo na média de publicação passando a 29 artigos publicados por ano, com picos nos anos de 2020, 2021 e 2022, que tiveram 64, 67 e 48 artigos publicados respectivamente, o que pode estar relacionado às políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e inclusão social, implementadas nesse período.

Em busca de identificar a centralidade das palavras-chave dispostas no Gráfico 7, vê-se que o termo Educação, representado por um nó maior em cor laranja, é o termo mais proeminente que parece funcionar como o eixo principal de toda a produção em análise. Sua cor representa a atualidade considerando a escala temporal e infere-se ser um tema de interesse contínuo e crescente. Outro termo interpretado como central, é Literatura Indígena que parece representar outro foco temático do corpus em análise, mostrando que a produção acadêmica se volta para a expressão cultural, a escrita e a visibilidade dos saberes e narrativas indígenas. O termo Povos Indígenas pode ser interpretado como contexto identitário e social que permeia todos os outros temas. Os termos Educação do Campo e Educação Ambiental também parecem proeminentes no gráfico e podem demonstrar a preocupação com os contextos rurais e territoriais da vida indígena, bem como a interligação direta entre saber tradicional e conservação/manejo do meio ambiente.

No que diz respeito aos *clusters* formados, é possível observar a ligação entre o termo Educação a outros termos como: contexto indígena, ensino médio, educação escolar mura, cultura, educação do campo, território, os quais sugerem que a pesquisa publicada em artigos científicos visualiza a educação não apenas como um processo formal, mas como uma ferramenta de luta política, resistência e afirmação identitária.

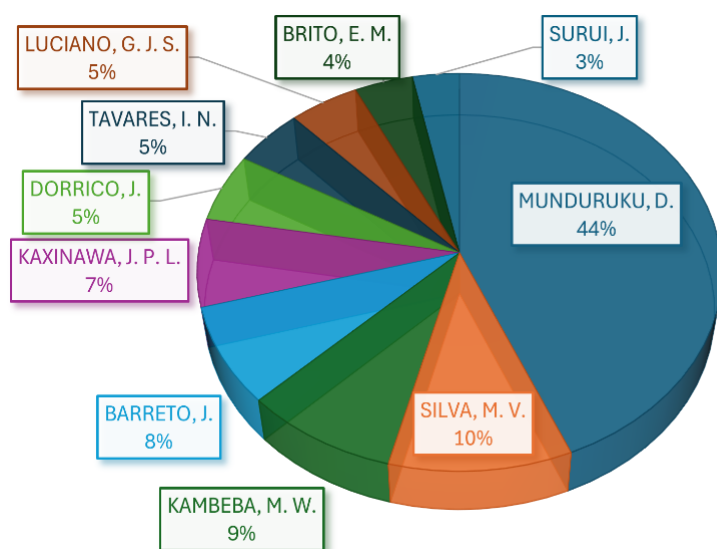
Orbitando o *cluster* formado pelo termo Literatura Indígena, vê-se termos como: ativismo, identidade karipuna, ditadura militar, colonialismo, que indicam um possível foco na descolonização do conhecimento e em estudos de caso etnográficos específicos.

A evolução temporal das palavras-chave identificadas nos artigos em análise revela que termos como avaliação e ativismo aparecem em tons de azul, indicando os anos mais antigos na escala temporal do Gráfico 7. Já os termos de transição, entre 2010 e 2018, aparecem em cores amarelo e verde no centro da escala, destacando conceitos como educação, educação ambiental e literatura indígena, que se consolidam nesse período, refletindo o aumento em volume e frequência dessas temáticas. Nos anos mais recentes, de 2018 a 2023, as pesquisas mantêm o foco no núcleo central, aprofundando-se em questões aplicadas e contemporâneas, como o ensino de química em contexto indígena, o transtorno do espectro autista (sinalizando uma expansão para temas de saúde e necessidades especiais) e a consolidação de estudos de caso, como os do Povo Mura.

Quanto à autoria dos artigos, o Gráfico 8 aponta os dez principais pesquisadores responsáveis por 32,89% das publicações.

Gráfico 8

Principais autores dos artigos publicados em periódicos (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem]. O Gráfico 8 de pizza apresenta a distribuição percentual de diferentes autores indígenas em relação ao total de publicação. A maior fatia, correspondendo a 44%, pertence ao autor Daniel MUNDURUKU, indicando que esse autor representa a maioria da produção. Segue-se SILVA, M. V. com 10% e KAMBEBA, M. W. com 9%. Outros autores indígenas, como BARRETO, J. (8%), KAXINAWA, J. P. L. (7%), DORRICO, J. (5%), LUCIANO, G. J. S. (5%), TAVARES, I. N. (5%), BRITO, E. M. (4%) e SURUI, J. (3%), compõem o restante da distribuição, com uma concentração significativamente menor em comparação com o principal componente. [Fim da descrição].

O exame do exposto no Gráfico 8 permite inferir que há autores de diversas etnias que habitam a região Amazônica e que Daniel Munduruku, graduado em Filosofia e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, é o autor indígena com maior volume de artigos publicados, sendo também um dos sujeitos da pesquisa que tem uma elevada publicação de livros. Trata-se de um pesquisador que finalizou sua formação em nível de pós-graduação em 2010 e que possui uma grande inserção no cenário nacional quanto às questões que envolvem as políticas públicas para os povos indígenas.

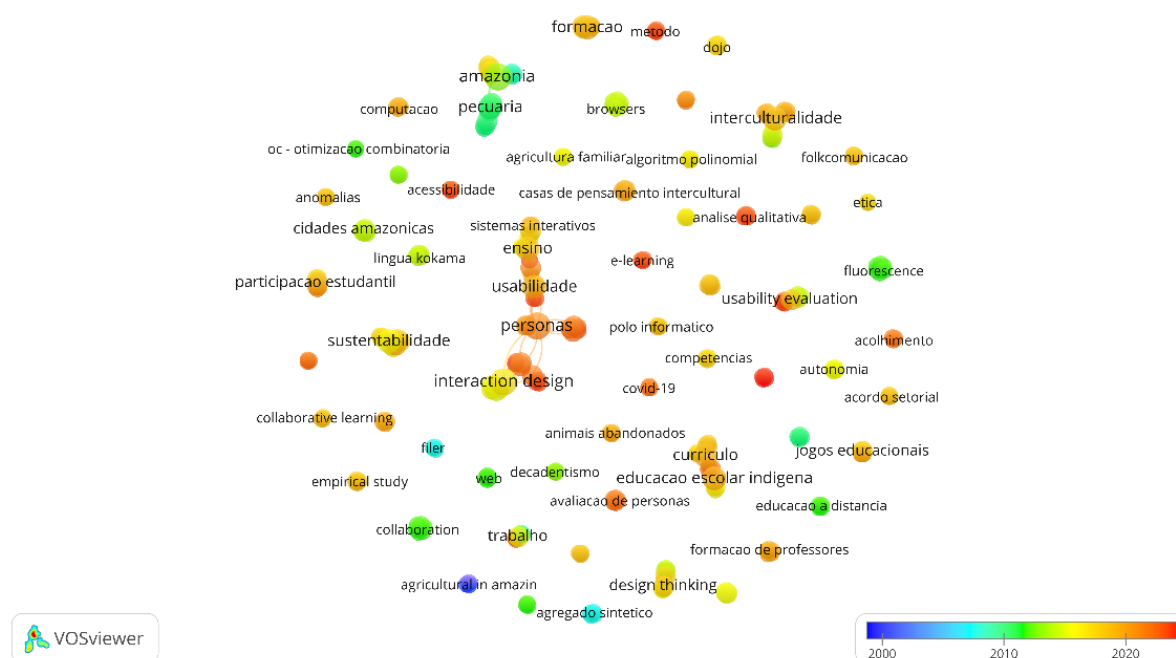
4.6 Trabalhos completos apresentados em eventos

Seguindo o percurso temporal estabelecido para a análise (2000 a 2023), o Gráfico 9 apresenta as temáticas relacionadas aos trabalhos completos publicados em anais de congressos, sendo possível observar a pluralidade de temáticas abordadas, desenvolvidas e discutidas pelos acadêmicos indígenas na sua passagem durante eventos técnico-científicos.

Inicialmente, pondera-se que foram coletados os dados de 285 trabalhos publicados em anais de eventos técnico-científicos, dos quais em 186 não houve a atribuição de palavras-chave, realizando-se as análises com base em 299 palavras-chave utilizadas durante a submissão dos demais 99 trabalhos. Portanto, subentende-se que essa situação decorre das características próprias de cada evento, havendo ou não, por parte deles, a necessidade de atribuição de palavras-chave, o que acarretou um valor menor de temáticas observadas no decorrer desta análise. Portanto, entende-se que essa situação decorre das características específicas de cada evento, incluindo a existência ou não de atribuição de palavras-chave. Isso resulta em um número reduzido de temáticas observadas ao longo desta análise.

Gráfico 9

Temáticas abordadas em trabalhos completos apresentados em eventos (2000-2023)



Nota. Fonte: Os autores (2024). [Descrição da imagem]. O Gráfico 9 é um mapa de coocorrência de palavras-chave relativas ao tipo de produção Trabalhos Completos Publicados em Eventos, onde o tamanho dos círculos representa a frequência do termo na rede e a cor indica o ano médio de sua publicação, conforme a barra de cores na parte inferior (variando de azul para publicações mais antigas, por volta de 2000, a vermelho/amarelo para as mais recentes, por volta de 2020). Nele, observa-se uma concentração de termos mais recentes (laranja/vermelho) como “interação design”, “pessoas”, “usabilidade” e “sustentabilidade”, frequentemente conectados e indicando áreas de pesquisa ativa no período mais recente, enquanto termos como “Amazônia” e “pecuária” aparecem com cores mais próximas do verde/amarelo, sugerindo uma presença constante ou foco em estudos da década de 2010. [Fim da descrição].

Observa-se que o gráfico apresenta uma composição desordenada de temáticas, havendo ao menos quatro nós centrais visíveis interligados por alguns poucos termos, sendo destacados pelas colorações verde, amarelo e vermelho (2010 a 2023). As temáticas variam desde pecuária e Amazônia, passando por currículo e educação escolar indígena, até *usability evaluation*, além do nó de maior concentração, composto por *persona* (com quatro citações em trabalhos diferentes), seguido por *interaction design* – ambos os termos em inglês relacionados aos estudos do *Design Thinking*.

Dada a composição linguística observada, é possível sugerir que os termos utilizados pelos autores não se limitam a um vocabulário regional, o que diminui barreiras de acesso à informação produzida pelos acadêmicos indígenas. Além dos termos mencionados anteriormente, destacam-se as temáticas de usabilidade, ensino e sistemas interativos, que se relacionam diretamente com as áreas de ensino e tecnologias.

Com relação aos termos isolados (que não apresentam conexões entre si ou com outros), a pluralidade de termos utilizados pelos autores é maior e descentralizada, com o termo *agricultural in amazon* se destacando dos demais pela forte coloração azul (meados de 2000), indicando que, nesse período inicial de participação nos

eventos técnico-científicos coletados, havia uma abordagem de temáticas voltadas às culturas da terra e pecuária.

Interligando-se a linha do tempo das ações afirmativas da Figura 1 com os dados coletados, em especial com o Decreto nº 26/91 de 1991, que dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil, não é possível observar a influência do texto legislador no período temporal que corresponde ao primeiro momento dos anos 2000 em eventos técnico-científicos.

Ademais, a composição da Figura 1 colabora para que a observação da concentração maior de temáticas a partir do ano de 2010 possa ser encarada como reflexo das ações afirmativas desenvolvidas e implantadas a partir de 2003, quando o acesso à graduação e à pós-graduação pelos povos indígenas se tornou mais atingível desde a implementação da Lei n. 4.151/2003, do estado do Rio de Janeiro, que instituiu o sistema de cotas para o acesso às universidades públicas estaduais (Governo..., 2003). Destaca-se, ainda, a criação de ações afirmativas no curso de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2010, as quais se estenderam posteriormente a outras universidades e cursos de graduação e pós-graduação.

No período de 2020 a 2022, o enfoque temático refletiu o contexto e as características da sociedade vigente, destacando as discussões relacionadas à Covid-19. Isso demonstra a sintonia entre as demandas sociais e a produção acadêmica voltada ao desenvolvimento de novos conhecimentos, sem, contudo, abandonar ou restringir a pesquisa em outras áreas de estudo.

Portanto, o comportamento de produção informacional dos acadêmicos indígenas durante sua participação em eventos foi plural e diversificado, abrangendo diversas áreas do conhecimento humano. Esse panorama contribui para desmistificar preconceitos sociais enfrentados pelos grupos étnicos indígenas, que persistem devido à dominação sociocultural imposta pelos grupos colonizadores.

5 Conclusões

Esta pesquisa investigou como as ações afirmativas têm moldado a produção científica de acadêmicos indígenas da Região Norte na pós-graduação, buscando identificar as temáticas centrais por meio da coocorrência de palavras.

Para atingir o objetivo proposto, foi efetuado um levantamento nominal, não exaustivo, dos indígenas das etnias da região Norte do Brasil vinculados a programas de pós-graduação. Com isso, foi possível mapear, na Plataforma Lattes, a produção intelectual e sua relação temporal para cotejá-la com a trajetória das ações afirmativas brasileiras. Considera-se que o levantamento foi um limitante da pesquisa, dado que muitas instituições de ensino superior não possuem autoidentificação do discente, de modo a favorecer um fiel levantamento sobre a condição de aluno indígena, levando-se em conta que a pesquisa se efetivou por meio da consulta aos programas de pós-graduação instalados na região Norte. Esse fator aferiu uma outra delimitação ao estudo, uma vez que foi possível identificar, na literatura sobre o tema, instituições de outras regiões do país que formaram indígenas nortistas.

Os dados coletados e a revisão de literatura indicam um significativo aumento na produção dos acadêmicos indígenas, sobretudo após a inserção das ações afirmativas na pós-graduação, ocorridas desde 2002 (Venturini & Penido, 2022), em função da percepção particular de cada programa, mas incrementadas com maior vigor a partir de 2016 (Brasil, 2016). A produção acadêmica indígena possui um papel crucial no empoderamento das comunidades, oferecendo ferramentas para a autorrepresentação e a defesa de direitos das populações originárias. A participação das comunidades no meio acadêmico fortalece sua capacidade de influenciar políticas públicas e promover mudanças sociais, além de permitir que as próprias comunidades sejam protagonistas na construção e divulgação de seu conhecimento. Desta forma, o reconhecimento acadêmico fortalece a capacidade das comunidades indígenas de participar e influenciar decisões políticas.

A investigação demonstrou, de forma inequívoca, que as ações afirmativas implementadas no contexto da pós-graduação brasileira atuaram como um fator catalisador fundamental para o crescimento da produção intelectual dos acadêmicos indígenas oriundos da região Norte. O notável aumento quantitativo de publicações, registrado a partir de 2005 e intensificado significativamente após 2016, sofreu um impulso das normativas como a Portaria nº 13/2016 e a subsequente adesão pelos programas de pós-graduação, validando a tese central deste estudo. Os dados do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap) corroboram que os indígenas são, de fato, os principais beneficiários dessas políticas na região.

A produção analisada é profundamente influenciada pela cosmovisão subjetiva desses pesquisadores, refletindo um conjunto de saberes que se manifesta em temáticas diversas, porém concentradas em áreas críticas. Os principais focos temáticos — educação escolar indígena, territorialidade, desenvolvimento sustentável e questões linguísticas — não apenas seguem as linhas dos programas de pós-graduação, mas também estão intrinsecamente ligados ao movimento social de luta por direitos dos povos originários. O estudo conclui que a ascensão dessa produção acadêmica tem um impacto social e teórico profundo, transformando a universidade em um espaço qualificado para o diálogo de saberes e o fortalecimento do empoderamento comunitário. Ao inserir suas vozes e epistemologias no meio acadêmico, esses acadêmicos promovem uma ciência mais justa e plural.

A pesquisa permitiu compreender a interação e o relacionamento dos pesquisadores indígenas com as especificidades de cada contexto de interesse em suas produções. Essas produções refletem o conjunto de saberes formados pela sua cosmovisão subjetiva de ver e entender o mundo, assim como os papéis individuais e sociais que compõem o universo de temas abordados na produção científica revelada pelo estudo.

Em vista deste estudo, é importante também destacar que a produção dos sujeitos investigados passa por uma ascensão a partir de 2005, elevando os quantitativos com um avanço gradual significativo. Isso demonstra que as ações afirmativas não impactaram somente a pós-graduação, mas também a graduação, tendo em vista o foco inicial por elas direcionados para esse nível de formação.

Infere-se ainda que os intelectuais indígenas apresentam uma diversidade de temas de interesse que contribuem para o desenvolvimento da Ciência e do entendimento de sua realidade. Cabe destacar que tais temáticas refletem não só as preocupações da aldeia, mas também as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação nos quais foram formados, sendo que, em sua maioria, essas linhas estão relacionadas à educação escolar indígena, à territorialidade indígena e ao desenvolvimento sustentável, bem como às questões linguísticas, buscando a revitalização das línguas, o perfil sociolinguístico de suas comunidades e a construção de gramáticas. É oportuno observar que essas temáticas estão alinhadas com aquelas expostas na pesquisa de Franco e Landa (2023), a qual ressaltou uma articulação entre os saberes indígenas e os ocidentais, além da exposição de Barreto e Santos, (2017), que destacaram a relevância do diálogo entre saberes para aproximar os modelos de conhecimento.

A contribuição mais significativa dessa produção reside no seu impacto epistemológico e social. Ao integrar a sua visão de mundo e o seu conjunto de saberes, os intelectuais indígenas da região Norte desafiam e enriquecem o cânone do conhecimento ocidentalizado. Esse movimento promove uma ciência mais inclusiva e plural, que valoriza as epistemologias indígenas e possibilita um diálogo de saberes genuíno e transformador. A participação acadêmica é um ato de empoderamento que fortalece as comunidades, permitindo que elas assumam o protagonismo na construção e divulgação do seu próprio conhecimento. O reconhecimento dessa produção não apenas combate o histórico de exclusão, mas também pavimenta o caminho para uma sociedade mais justa e equitativa.

É importante apontar ainda que a temporalidade das temáticas reflete questões ligadas ao movimento social de luta por direitos dos povos indígenas brasileiros, como a demarcação de suas terras, a preservação de sua cultura e a representatividade política, evidenciando que a universidade representa não só um espaço de formação qualificada para o diálogo entre conhecimentos que possibilite a elaboração e gestão de projetos para as comunidades indígenas, mas também viabilize a interação com os níveis governamentais em busca de políticas que favoreçam essas populações.

Uma análise global dos resultados obtidos com o estudo permite assegurar que a produção acadêmica indígena tem ganhado destaque nas últimas décadas, impulsionada pelo reconhecimento da importância das epistemologias indígenas na construção do conhecimento e na valorização das culturas originárias. O impacto teórico e social da produção acadêmica indígena é vasto e profundo, promovendo uma ciência mais inclusiva e uma sociedade mais justa. Ao valorizar e integrar os saberes indígenas, o meio acadêmico contribui para a construção de uma epistemologia plural e diversificada, que respeita e celebra a riqueza das culturas originárias.

Embora os resultados sejam robustos, é imperativo reconhecer a limitação metodológica imposta pela ausência de critérios padronizados de autoidentificação discente em muitas instituições, o que provavelmente resultou em um levantamento não exaustivo. Esse desafio aponta para a necessidade urgente das IES estabelecerem mecanismos de coleta de dados mais fiéis e abrangentes.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da análise para compreender as estruturas de relacionamento entre esses acadêmicos e os contextos de suas produções, bem como aprofundar o exame da temporalidade das temáticas em relação a marcos legislativos e sociais. Essa agenda de pesquisa é essencial para aprofundar o entendimento sobre as especificidades da produção intelectual indígena e consolidar a valorização das culturas originárias no meio acadêmico. A demarcação da universidade como um território de saberes plurais é um processo contínuo que depende da análise crítica e da ampliação da presença indígena em todos os níveis da produção de conhecimento.

Ampliar as análises sobre os dados levantados é essencial para promover um maior entendimento sobre as especificidades da produção intelectual dos indígenas das etnias do Norte do Brasil. Isso possibilita compreender seus interesses, as estruturas e relacionamentos entre esses atores, facilitando a inserção da sua cultura no mundo ocidentalizado.

Referências

- Adam, L. (2010). Information and communication technologies, knowledge management and indigenous knowledge: implications to Livelihood of communities in Ethiopia. *Environmental Science, Sociology*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:15193803>
- Agrawal, A. (1995). Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. *Development And Change*. 26(3), 413-439. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.1995.tb00560.x>
- Baniwa, G. (2009). Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In M. I. Smiljanic, J. Pimenta, S. G. Baines (Orgs.). *Faces da indianidade*. Nexa Design. p. 169-189. https://www.academia.edu/224306/Faces_da_Indianidade
- Barbalho, C. R. S., Freitas, S. S., Maciel, R. S., Marquez, S. O. M., Rabelo, V. C. M. & Santana, K. R. M. (2024). *Cartografia da produção científica dos intelectuais acadêmicos indígenas da Amazônia*. Deposita Dados Ibict, v1. <https://doi.org/10.48472/deposita/JE0RQ9>
- Barreto, J. P. L. & Santos, G. M. (2017). A volta da Cobra Canoa: em busca de uma antropologia indígena. *Revista de Antropologia*, 60(1), 84-98. <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132068>
- Bergamaschi, M. A. (2015). Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus*, 14(26), 11-29. <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297>
- Bonin, I. T. (2022). "Demarcar as universidades": povos indígenas e ações afirmativas na Pós-Graduação brasileira. *Práxis Educativa*, 17. <https://doi.org/10.5212/praxeducv.17.19422.009>
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988322142publicacaooriginal-1-pl.html>
- Casa Civil (2007). Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- Castro, E. V. (2007). A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. *Atas*. 1 - 14. <https://silo.tips/download/a-natureza-em-pessoa-sobre-outras-praticas-de-conhecimento>
- Castro, K. C. & Gonçalves, R. C. (2022). Política educacional indigenista brasileira: contradições e desafios. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 17(2), 1062-1078. <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14354>
- Costa, E. G. (2023). Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, 10(26). <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/898>
- Dal'bó, T. L. (2018). *A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/pt-br.php>

- Franco, J. P. & Landa, B. S. (2023). Produção acadêmica de estudantes indígenas no período de 2017 a 2020. In *Anais do 20º ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*. <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/8525>
- Gonzaga, Y. M., Costa, S. R. J. (2024). Política de ações afirmativas, reconhecimento e reparação: reflexões a partir das Leis nº. 12.711/2012 e 14.723/2023. *Repecult*, 7(11). <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/1090>
- Governo do Estado do Rio de Janeiro. (2003). Lei n.º 4.151, de 04 de setembro de 2003. <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-4151-2003-rio-de-janeiro-institui-nova-disciplina-sobre-o-sistema-de-cotas-para-ingresso-nas-universidades-publicas-estaduais-e-da-outras-providencias>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023). Censo Demográfico 2022: indígenas - primeiros resultados do universo. IBGE. 197 p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>
- Jaccoud, L. B. & Beghin, N. (2002) Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. *Ipea*. 152 p. https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/desigualdades_raciais_brasil.pdf
- Kalolo, J. F. (2022). Promoting indigenous science in the realm of modern science in developing countries *Thinking skills and creativity*, 45, 101058. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187118712200061X>
- Luciano, R. R. F., Simas, H. C. P. & Garcia, F. M. (2020). Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. *Interfaces da Educação*, 11(32), 571-605. <https://doi.org/10.26514/inter.v11i32.4009>
- Mainardi, C. & Simas, H. C. P. (2023). Produção de autoria indígena em programas de pós-graduação na área de antropologia: levantamento de dissertações e teses (2010 a 2022). *Revista Nanduty*, 11(18), 251-291. <https://doi.org/10.30612/nty.v11i18.17900>
- Ministério da Educação (2016, 12 de maio). Portaria Normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016. *Diário Oficial da União*. 90, 47. https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473
- Momo, M. E. E. (2019). *Os povos indígenas e sua produção acadêmica no âmbito do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório da Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12029>
- Nascimento, M. E. C. (2017). *Intelectualidade indígena no Brasil: o mapa da questão* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/34805>
- Observatório de ações afirmativas na pós-graduação (OBAAP). (2023) *Universidades públicas com resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação*. Obaap. 5. https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Obaap_Infografico_universidades-publicas-com-resolucoes-sobre-acoes-afirmativas-na-pos-graduacao.pdf
- Observatório de ações afirmativas na pós-graduação (OBAAP). (2024) *Universidades públicas com resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação*. Obaap. 5. <https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2024/11/Infografico.pdf>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2008) Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. *Organização das Nações Unidas*. https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf
- Paladino, M. (2016). Uma análise da produção acadêmica de autoria indígena no Brasil. In: A. C. de LIMA, (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. E-Papers. p. 95-122. http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=2726
- Pimenta, P. (2022). *Lei de Cotas: dez anos da norma que garantiu direitos e derrubou o mito da 'democracia racial'*. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/lei-de-cotas-dez-anos-da-norma-que-garantiu-direitos-e-derrubou-o-mito-da-democracia-racial>
- Pragati., S. T. (2024). Intergenerational effects of affirmative action in higher education: evidence from india. *Economics Letters*. 244, 112010. <http://dx.doi.org/10.1016/j.econlet.2024.112010>

- Reichert, I. C. (2019). Prospecções: doutores indígenas e a autoria acadêmica indígena no Brasil contemporâneo. *Tellus*, 19(38), 17-48. <https://doi.org/10.20435/tellus.v19i38.550>
- Rodrigues, U. U. C. (2019). *O que você veio fazer na sala de aula?: intelectuais indígenas brasileiros e a educação* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Universidade Federal do Pará. <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15458>
- Santos, G. M. & Dias Jr., C. M. (2009). Ciência da floresta: por uma antropologia no plural, simétrica e cruzada. *Revista de Antropologia*, 52(1), 137-160. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012009000100004>
- Trevisol, J. V., Valduga, E. S. & Trevisol, M. G. (2024). As políticas de ações afirmativas na pós-graduação: uma análise da produção científica no período 2012-2022. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 19(00), e024111. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18550>
- Venturini, A. C. (2021). Affirmative action for Brazilian graduate programs: patterns of institutional change. *Revista de Administração Pública*, 55(6), 1250-1270. <https://www.scielo.br/j/rap/a/PQMnLdSXVkcjD8rmkGtKtbq/?lang=pt#>
- Venturini, A. C. & Penido, H. (2022). Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021. *Boletins do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap)*. 1. https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Boletim-Obaap-n.1_Ac%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-na-po%C3%81s-graduc%C3%A7%C3%A3o-em-2021.pdf
- Wenczenovicz, T. J. & Baez, N. L. X. (2016). Direitos fundamentais, educação indígena e identidade emancipatória: reflexões acerca de ações afirmativas no Brasil. *Revista Brasileira de Direito*, 12(2), 95-107. <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1271>

Apêndice 1 - Linha do tempo das ações afirmativas

Ano	Evento/Legislação
1991	Decreto nº 26/1991: dispõe sobre educação indígena no Brasil.
1996	Lei nº 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
	Instituído o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos.
2001	A Fundação Carlos Chagas (FCC) e a Fundação Ford (FF) criam o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, também conhecido como <i>International Fellowship Program</i> (IFP).
2002	A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) estabelece uma política de ação afirmativa voltada para a entrada de negros e indígenas em cursos de pós-graduação.
2003	Lei nº 4.151/2003 do estado do Rio de Janeiro: institui um sistema de cotas para o acesso às universidades públicas estaduais.
	A FCC e a FF criam o Programa de Dotações para mestrado em Direitos Humanos no Brasil.
2004	Programas de Pós-Graduação em Direito da USP, UFPA e UFPB criam ações afirmativas nas áreas de concentração em direitos humanos.
2005	Lançamento da primeira edição do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind).

2008	Lei nº 11.645/2008: inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
	Universidade Estadual do Piauí (Uespi) dispõe sobre a criação do Sistema de Cotas Sociais para ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas.
2009	Decreto nº 6.861/2009: dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências.
2010	Lei nº 12.288/2010: estabelece o Estatuto da Igualdade Racial.
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam cria as ações afirmativas.
2012	Lei nº 12.711/2012: dispõe sobre ações afirmativas.
	Decreto nº 7.747/2012: institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.
	Resolução CEB/CNE nº 05/2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
2013	Portaria MEC nº 389/2013: cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência para estudantes.
	Portaria MEC nº 1.062/2013: institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE).
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC cria ações afirmativas.
2015	Portaria MEC nº 929/2015: institui um Grupo de Trabalho (GT) para analisar e propor mecanismos de inclusão e ações afirmativas para estudantes no âmbito do Ministério da Educação.
	Portaria Capes nº 149/2015: cria um GT para estudar medidas de inclusão na pós-graduação.
	UFG e UFPI aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação implementem ações afirmativas.
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB e IFCH da Unicamp implementam ações afirmativas.
2016	Portaria Normativa MEC nº 13/2016: induz a Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-graduação.
	UFAM e UFPB aprovam resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação implementassem ações afirmativas.
2017	Quinze universidades federais aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação.
2018	Sete universidades aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação.
2019	Seis universidades aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação.
2020	Quatro universidades aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação devem implementar ações afirmativas.

2021	Quinze universidades aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação devem implementar ações afirmativas.
2022	Lançado o Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação.
2023	<p>A Lei nº 12.711/2012 foi alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.</p> <p>Decreto nº 11.442/2023, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas.</p>
2024	Duas universidades aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação.

Dados de publicação

Célia Regina Simonetti Barbalho

Pós-Doutorado

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

simonetti@ufam.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4657-9156>

Professora titular da Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (1984). Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1995). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Estágio Pós Doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Líder do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA). Docente orientadora do Programa de Pós-graduação Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Gestora da implantação do Núcleo de Informação Biotecnológica do CBA. Atuou como membro da Diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia (2006-2012). É membro da Comissão de Educação à Distância da ABECIN. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em gestão de unidades de informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino superior, inteligência competitiva, biblioteconomia, gestão da informação e do conhecimento, planejamento estratégico e competências profissionais.

Kelly Rahana Macedo Santana

Especialista

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

kellyRahana@outlok.com

<https://orcid.org/0000-0003-4134-059X>

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atualmente cursando a especialização em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Faculdade Focus. Atua no Serviço Social do Comércio (SESC) Amazonas e integra o Grupo de Pesquisa GICA Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia, colaborando em estudos e projetos para otimizar o uso e a disseminação da informação na região amazônica.

Raquel Santos Maciel

Mestra em Ciência da Informação

Universidade Federal do Amazonas, Biblioteca Central, Manaus, AM, Brasil

raquelmaci@ufam.edu.br<https://orcid.org/0000-0003-0086-9198>

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2009), especialização em Gestão de Arquivos Empresariais (2010) e Gestão de Bibliotecas Escolares (2012), ambas pela UFAM. Atua como bibliotecária-documentalista na Universidade Federal do Amazonas.

Simone Santos de Freitas

Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, Manaus, AM, Brasil

simone.freitas21@gmail.com<https://orcid.org/0000-0003-1583-5417>

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2011). Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela Unyleya (2020). Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT, ponto focal UFAM (2023). É integrante do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA). Bibliotecária da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC).

Suely Oliveira Moraes Marquez

Doutorado

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

suelymoraes@ufam.edu.br<https://orcid.org/0000-0001-8781-5349>

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (1995), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2007) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2021). Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão da Informação e Conhecimento na Amazônia. Experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Normalização Documentária, Análise da Informação, Representação Temática, Inteligência Competitiva, Metodologia do Trabalho Acadêmico, Metodologia Científica, Normalização Documentária, Representação Descritiva de Publicações - RDD e Conservação e Preservação de Documentos.

Vitor Conrado Melo Rabelo

Graduado em Biblioteconomia

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Manaus, AM, Brasil

vitorc.mrabelo@gmail.com<https://orcid.org/0009-0004-3412-8421>

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (2024). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia.

Endereço para correspondência do autor principal

Rua Virgílio Freire, 133 - Torre Killa – Cond. Eldorado Park - Eldorado. Cep 69050290, Manaus, Am, Brasil.

Originalidade

Declaro que o texto é original e não foi enviado para nenhuma outra publicação.

Preprint

Não se aplica.

Informações sobre o trabalho

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.

Contribuição dos autores

Concepção e preparação do manuscrito: CRS Barbalho, SOM Marquez, RS Maciel, SS Freitas, VCM Rebelo, KRM Santana

Coleta de dados: VCM Rebelo, KRM Santana, CRS Barbalho, SOM Marquez, SS Freitas, RS Maciel.

Discussão dos resultados: VCM Rebelo, KRM Santana, CRS Barbalho, SOM Marquez, SS Freitas, RS Maciel.

Revisão e aprovação: CRS Barbalho, SOM Marquez, RS Maciel.

Uso de inteligência artificial

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Permissão para usar imagens

Não se aplica.

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados foram depositados em um repositório de acesso aberto:

Barbalho, C. R. S., Santana, K. R. M., Maciel, Raquel Santos, Freitas, S. S., Marquez, S. O. M., Rebelo, V. C. M. (2024). Cartografia da produção científica dos intelectuais acadêmicos indígenas da Amazônia. *Deposita Dados*. Ibict, V1. <https://doi.org/10.48472/deposita/JE0RQ9>

Licença de uso

Os autores concedem à Biblios direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e desenvolvam o trabalho publicado, dando os devidos créditos pela autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores estão autorizados a firmar acordos adicionais separados para distribuição não exclusiva da versão publicada do trabalho no periódico (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Editor

Publicado pelo Sistema de Bibliotecas Universitárias da Universidade de Pittsburgh. Responsabilidade compartilhada com universidades parceiras. As ideias expressas neste artigo são dos autores e não representam necessariamente as opiniões dos editores ou da universidade.

Editores

João de Melo Maricato, Skrol Salustiano e Lúcia da Silveira.

Histórico

Recebido: 09-09-2024 - Aprovado: 11-06-2025 - Publicado em: 19-12-2025



Os artigos deste periódico estão licenciados sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Estados Unidos.



Este periódico é publicado por [Pitt Open Library Publishing](http://biblios.pitt.edu/).